



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BRUNA BIANCA ALBUQUERQUE DE SOUZA

GINÁSIO ESTADUAL DE SAPÉ: uma nova oportunidade educacional para os jovens
de Sapé e região (1956-1968)

JOÃO PESSOA – PB
2017

BRUNA BIANCA ALBUQUERQUE DE SOUZA

GINÁSIO ESTADUAL DE SAPÉ: uma nova oportunidade educacional para os jovens de Sapé e região (1956-1968)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vívía de Melo Silva

JOÃO PESSOA – PB
2017

S729g Souza, Bruna Bianca Albuquerque de.

Ginásio Estadual de Sapé: uma nova oportunidade educacional para os jovens de Sapé e região (1956-1968) / Bruna Bianca Albuquerque de Souza. – João Pessoa: UFPB, 2017.

70f. : il.

Orientadora: Vivia de Melo Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Ginásio Estadual de Sapé. 2. Instituição escolar. 3. Ensino secundário. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(091)(043.2)

BRUNA BIANCA ALBUQUERQUE DE SOUZA

GINÁSIO ESTADUAL DE SAPÉ: uma nova oportunidade educacional para os jovens de Sapé e região (1956-1968)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 01/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Vivia de Melo Silva

Profª Drª Vivia de Melo Silva – DFE/CE/UFPB
(Orientadora)

Aparecida de Lourdes Paes Barreto

Profª Drª Aparecida de Lourdes Paes Barreto – DME/CE/UFPB
(Membro da Banca Examinadora)

Francisco Chaves Bezerra

Prof. Ms. Francisco Chaves Bezerra – PPGE/UFPB
(Membro da Banca Examinadora)

Aos meus pais, Pedro e Verônica, que foram
minha maior motivação para a realização
deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu patrono, baluarte e autor da minha vida. Aquele que permitiu que eu chegasse até aqui. A Ele seja dada toda honra, glória e majestade!

Aos meus amados pais, Pedro e Verônica, pelo apoio, incentivo, força e sustento. A quem eu dedico todo meu esforço e trabalho. Eles são os responsáveis pela realização deste sonho.

Ao meu querido esposo, Lindemberg, pelo incentivo, ânimo e compreensão nos momentos difíceis.

Ao meu irmão, Bruno. Nosso orgulho um pelo outro é recíproco.

A todos da minha família, principalmente à minha avó, Maria, que viveu o recorte temporal desta pesquisa e compartilhou comigo tantas vivências.

À minha querida orientadora, Vívica de Melo Silva, pela confiança, compreensão, cobranças, ajuda, motivações, apoio e tanta disponibilidade. Alguém que levarei por toda a minha vida. Um exemplo de pessoa e profissional. Além de ter sido uma excelentíssima orientadora, tornou-se uma amiga. Expresso aqui a minha humilde gratidão àquela que me proporcionou tanto crescimento acadêmico e pessoal durante minha graduação. A você, Vívica, o meu muitíssimo obrigado.

Ao Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade que me proporcionou novos conhecimentos e experiências. Foi a porta de entrada para que eu me tornasse pesquisadora.

À professora Aparecida de Lourdes Paes Barreto, a quem tenho tanto carinho e apreço. Contribuiu de forma positiva para minha formação.

À minha turma da Pedagogia 2013.1, que apesar de sermos diferentes, nos tornamos uma família e crescemos juntos.

À minha colega de classe, Jordyelly, que em meio a nossa jornada discente nos tornamos amigas e enfrentamos juntas as tristezas e as alegrias. Alguém que cativa

com sua simplicidade, humildade e companheirismo. É com muita alegria que comemoramos juntas essa grande vitória.

Aos grandes professores da UFPB que tanto me inspiraram e que levarei como exemplo por toda vida: Edson Guedes, Sandra Santiago, Alexandre Magno, José Barbosa, Marineuma Oliveira, Ana Luisa Amorim, Timothy Ireland, Conceição Miranda, Rosilene Marinho, José Vaz, Eduardo Costa e Deborah Cabral.

Aos membros da Banca Examinadora: Aparecida de Lourdes Paes Barreto e Francisco Chaves Bezerra, que aceitaram o convite de contribuir com este trabalho.

Aos meus melhores amigos, Gustavo, Marianne e Paloma, que conhecem o meu gosto pela educação desde o Ensino Médio.

Aos diretores da Escola Cidadão Integral Monsenhor Odilon Alves Pedrosa – antigo Ginásio Estadual de Sapé, que contribuíram para a minha pesquisa na instituição.

A todos que fazem a página “Sapé de Outrora” por manter viva a história da nossa querida Sapé.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e do Instituto Histórico Geográfico Paraibano pela colaboração.

E a todos aqueles que de algum modo contribuíram para a realização deste trabalho ou fazem parte da minha vida, os meus sinceros agradecimentos!

“É preciso que eu suporte duas ou três larvas se quiser conhecer as borboletas.”

(Antoine de Saint-Exupery)

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Estação Ferroviária de Sapé construída em 1882.....	37
Foto 2 – Passagem do trem no povoado de Sapé nos anos de 1880.....	38
Foto 3 – Demolição da Estação de Trem de Sapé em 1986.....	39
Foto 4 – Placa posta em frente ao Grupo Escolar Gentil Lins.....	42
Foto 5 – Movimentação de Trabalhadores do Campo.....	42
Foto 6 – Fachada do Grupo Escolar Gentil Lins construído em 1937.....	45
Foto 7 – Flagrante colhido no interior do Ginásio de Sapé em construção no início da década de 1950.....	51
Foto 8 – Descrição do verso da foto 7.....	51
Foto 9 – Inauguração do Ginásio Estadual de Sapé.....	57
Foto 10 – Alguns alunos e alunas fardados no Ginásio Estadual de Sapé.....	60

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa da Paraíba com destaque no município de Sapé.....	35
Imagem 2 – Cidades que fazem limites com o município de Sapé.....	35
Imagem 3 – Fachada do Ginásio de Sapé em fase de construção (1957).....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições Secundárias Públicas Implantadas na Paraíba (1942-1961)....	23
Quadro 2 - Instituições Secundárias Públicas da Paraíba Autorizadas para Funcionamento (1942-1961).....	24
Quadro 3 - Instituição secundária pública em processo de aprovação no Estado na Paraíba (1942-1961).....	24
Quadro 4 - Ações e Políticas dos Governos da Paraíba voltadas ao Ensino Secundário (1942-1961).....	25
Quadro 5 – Números de cargos do Ginásio Estadual de Sapé (1957-1965)	59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. ENSINO SECUNDÁRIO E A ESPECIALIDADE DOS ESTUDOS DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS.....	19
2.1. De um nível de ensino valoroso e de traços elitistas a uma tentativa de expansão para todos.....	19
2.1.1. Da reforma Capanema à LDB de 1961.....	26
2.2 Instituições Escolares: uma discussão geral à luz de alguns estudiosos.....	29
3. A CIDADE DE SAPÉ: DA ESTAÇÃO DE TREM A SUA URBANIZAÇÃO.....	34
3.1. Surgimento e Localização.....	34
3.2. Sobre a emancipação.....	39
3.3. Sapé: a sede das ligas camponesas.....	40
3.4. A ascensão dos anos de 1950.....	43
4. DO GINÁSIO DE SAPÉ AO COLÉGIO ESTADUAL DE SAPÉ: ASPECTOS DA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	47
4.1. A influência de políticos no processo de implantação.....	47
4.2. O início da construção e estrutura física.....	48
4.3. O Projeto de Lei n.º 256/56 e a lei de criação Lei n.º 1.629.....	53
4.4. Atos inaugurais: sua repercussão na imprensa.....	54
4.5. Aspectos funcionais.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
FONTES.....	66
ANEXOS.....	67

RESUMO

O presente trabalho, inscrito no campo dos estudos sobre instituições escolares, aborda acerca da história do Ginásio Estadual de Sapé, atualmente nomeado como Escola Cidadã Integral Monsenhor Odilon Alves Pedrosa. O objetivo desta pesquisa foi compreender como aconteceu o processo de criação e o funcionamento do Ginásio de Sapé até torna-se Colégio (1956-1968). O recorte temporal justifica-se pelo seguinte: 1956 por se referir ao ano em que é assinada, pelo Governador Flávio Ribeiro Coutinho, a Lei Nº 1.629 de dezembro de 1956 que cria o Ginásio Estadual de Sapé, e o ano de 1968, quando o diretor da instituição estudada encaminha um ofício ao secretário de educação da Paraíba, pedindo a autorização oficial para o funcionamento do curso Científico no estabelecimento de ensino pós-primário. As fontes históricas utilizadas para construção desta pesquisa foram: os jornais A União e O Norte, disponibilizados no acervo do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego (FUNESC) e no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); o Projeto de Lei de Criação do Ginásio de Sapé, disponibilizado no arquivo da Assembleia Legislativa de João Pessoa; documentos antigos dispostos na instituição estudada e livros de memorialistas. No que tange aos autores que embasaram este trabalho, foi pertinente os estudos de Abreu (2005); Saviani (2005); Magalhães (2004); Sanfelice (2009); Nosella e Buffa (2006). O Ginásio de Sapé nasceu em um período de ascensão da cidade de Sapé e num período de expansão do Ensino Secundário público Paraibano. No entanto, seu processo de criação e funcionamento teve uma forte influência de uma família política que tinha poder sobre o município e que encontrou na criação do Ginásio Estadual um meio de se promover, inclusive através da imprensa no jornal A União.

Palavras-chave: Ginásio Estadual de Sapé; Instituição escolar; Ensino Secundário.

ABSTRACT

The present work, enrolled in the field of studies about school institutions, deals with the history of the Ginásio Estadual de Sapé, currently named as Escola Cidadã Integral Monsenhor Odilon Alves Pedrosa. The objective of this research was to understand how the process of creation and the operation of the Ginásio de Sapé happened until it became school (1956-1968). The temporal cut-off is justified by the following: 1956 because it refers to the year in which Governor Flávio Ribeiro Coutinho signed Law No. 1629 of december 1956 establishing the Ginásio Estadual de Sapé, and the year 1968, when director of the institution studied sends a letter to the secretary of education of Paraíba, requesting the official authorization for the operation of the Scientific course in the post-primary school. The historical sources used to construct this research were: the newspapers A União e O Norte, made available in the collection of the Acervo Histórico Waldemar Bispo Duarte of the Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo (FUNESC) and the Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); the law of creation of the Ginásio de Sapé, available in the file of the Legislative Assembly of João Pessoa; old documents arranged in the studied institution and memorial books. Regarding the authors who supported this work, it was pertinent the studies of Abreu (2005); Saviani (2005); Magalhães (2004); Sanfelice (2009); Nosella and Buffa (2006). The Ginásio de Sapé was born during a period of ascension of the city of Sapé and in a period of expansion of Paraibano Public Secondary Education. Nevertheless, its process of creation and operation had a strong influence of a political family that had power over the municipality and that found in the creation of the State Gymnasium a means of being promoted, including through the press in the newspaper A União.

Key Words: Ginásio Estadual de Sapé; School institution; High School.

1. INTRODUÇÃO

O pedagogo, no início da sua jornada acadêmica, estreia seus estudos com os fundamentos da educação. Dentro dessa fundamentação estão envolvidas disciplinas voltadas à História, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia e Epistemologia. O estudo de disciplinas dessa natureza vai nortear e embasar a formação e o exercício da profissão do pedagogo. Desse modo, refletindo principalmente acerca da importância da História da Educação para a formação desse profissional, é possível surgir alguns questionamentos, tais como: Como é possível estudar o presente sem a compreensão do passado? Como o aluno vai desenvolver seu senso crítico conhecendo apenas uma face da moeda? Como o discente vai produzir autocrítica sem conhecer o passado coletivo da sua profissão? Como entender a cultura da educação?

Mesmo sabendo da relevância da História da Educação para a formação do pedagogo, é possível notar, por parte dos estudantes da pedagogia, certo desinteresse por tal área como já observado por autores como Saviani (2005) e Nóvoa (1999). Em geral, as disciplinas advindas da área de fundamentação da educação são esquecidas, secundarizadas ou tidas como desnecessárias. Talvez, isso ocorra pelo modelo e cultura escolar vivida pelos estudantes na educação básica, em que a História era tida como uma disciplina tediosa e enfadonha e que até hoje, infelizmente, essas impressões ainda se fazem presentes na graduação. Basta observar os trabalhos de conclusão de curso e o desinteresse dos alunos em participar em projetos de pesquisas advindos da área (LOPES e GALVÃO, 2001).

A autora desta pesquisa fazia parte desse grupo de futuros pedagogos que têm certo desinteresse pela área de fundamentos da educação, em especial, pela História da Educação. Felizmente, isso foi desconstruído através da participação em projetos de pesquisa na área. O despreço pelos estudos histórico-educacionais foi transformado em entusiasmo e hoje quem escreve este trabalho pretende seguir carreira nessa área que é, ao mesmo tempo, fecunda e fascinante.

O interesse por essa temática surgiu através de experiências vividas pela autora como pesquisadora em dois projetos de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) ligado à Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

A partir dessas experiências foi despertado o gosto pela História da Educação, mais especificamente, pelos estudos voltados ao Ensino Secundário Paraibano.

Os referidos projetos tiveram como foco o processo de implantação, expansão e configuração do Ensino Secundário público no estado da Paraíba, no recorte temporal que foi de 1942 a 1961. O primeiro projeto teve como objetivo principal refletir sobre o processo de implantação do Ensino Secundário público no estado da Paraíba, no período de 1948-1961, enquanto o segundo buscou compreender o processo de implantação e expansão do Ensino Secundário público e privado no Estado da Paraíba no período de 1942-1961.

O Ginásio de Sapé foi uma das instituições identificadas como resultado das pesquisas mencionadas anteriormente. Conforme o Jornal a União (1956) foi a segunda instituição de Ensino Secundário pública implantada no interior da Paraíba no período republicano. Além da autora deste trabalho ser sapeense - uma das motivações da escolha do objeto de estudo – foi notado que o Ginásio de Sapé foi uma obra de grande importância para a cidade, como também somou para expansão do Ensino Secundário Público no recorte temporal estudado. Partindo destas motivações, o objetivo geral deste estudo é compreender como aconteceu o processo de criação e o funcionamento do Ginásio de Sapé até torna-se Colégio (1956-1968). Como objetivos específicos, foram traçados os seguintes: Discutir o Ensino Secundário de modo geral, destacando os dispositivos legais que regeram o ensino pós-primário no recorte temporal selecionado; Explicar a história e localização de Sapé, relacionando com a instituição de ensino em estudo; Discutir sobre o processo de criação do Ginásio de Sapé; Refletir acerca do funcionamento do Ginásio em foco.

O recorte temporal selecionado para esta pesquisa se justifica pelo seguinte: 1956, ano em que é assinada pelo Governador Flávio Ribeiro Coutinho a Lei Nº 1.629 de dezembro de 1956 que cria o Ginásio Estadual de Sapé, e o ano de 1968, quando o diretor da instituição estudada encaminha um ofício ao secretário de educação da Paraíba, pedindo a autorização oficial para o funcionamento do curso Científico no estabelecimento de ensino pós-primário. É importante ressaltar que, de acordo com o Decreto-Lei Nº. 4.244, de 9 de abril de 1942, no segundo ciclo do Ensino Secundário (o Colegial) existiam duas opções de cursos em que o aluno poderia optar: o curso

Clássico e o Científico. No segundo capítulo deste trabalho, esses conceitos são discutidos de forma mais ampla.

Este tema torna-se relevante por se tratar de uma instituição ainda não estudada, pois, em uma investigação mais ampla não encontramos trabalhos ou pesquisas que contemplem o Ginásio de Sapé, o que torna o estudo sobre a referida instituição inédito.

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. No que se refere à pesquisa bibliográfica foi necessário fazer uma análise sobre as leis que regeram o Ensino Secundário brasileiro no período no qual a pesquisa está circunscrita: Lei Orgânica do Ensino Secundário sancionada pelo Decreto-Lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942, que vigorou até 1961 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Além destes dispositivos legais, a discussão teórica deste trabalho está pautada nos seguintes autores: Abreu (2005) que trata do ensino secundário brasileiro na década de 1950 e Saviani (2005); Magalhães (2004); Sanfelice (2009); Nosella e Buffa (2006) que tematizam os estudos sobre instituições escolares.

A parte documental da pesquisa foi baseada nas matérias dos jornais A União e O Norte, disponibilizados no acervo do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego (FUNESC) e no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), sendo ambos arquivos situados no estado da Paraíba. O jornal A União ainda está em circulação na Paraíba e é vinculado ao governo do estado, o que facilita o acesso às informações sobre a educação pública. Já, o jornal O Norte, hoje, não está mais em circulação. Era um periódico de cunho privado, o qual trazia informações de contra ponto ao Governo do Estado. Além dos jornais, também foram utilizados como fonte, o Projeto de Lei de Criação do Ginásio de Sapé, disponibilizado no arquivo da Assembleia Legislativa de João Pessoa, documentos antigos dispostos na instituição estudada e livros de memorialistas.

No que tange a prática desta pesquisa é importante mencionar que a autora já possuía experiência com o manuseio das fontes e as habilidades precisas para a desenvoltura de uma pesquisa com documentos, visto que a mesma já participou de

projetos que lhes proporcionou experiências com esse tipo de pesquisa, como dito anteriormente. O processo de catalogação das fontes foi feito durante aproximadamente três meses nos arquivos da FUNESC, IHGP, Assembleia Legislativa da Paraíba e da instituição em foco.

De início, para identificar as fontes referentes ao objeto de estudo, foram realizadas leituras das matérias dos jornais para saber se estava ligada à área da Educação, ao Ensino Secundário e principalmente ao Ginásio de Sapé. Em seguida, foram anotadas todas as informações necessárias à organização e catalogação das fontes, a saber: o nome da matéria, o ano do jornal, o número da publicação, a data da publicação, a página e o quadrante em que estavam as notícias. Depois das anotações, partiu-se para o registro fotográfico, operacionalizado da seguinte maneira: primeiro era fotografada a página inteira do jornal, na qual se encontrava a matéria catalogada, em seguida, tirava-se outra fotografia da matéria individual, o que permitiu uma melhor visualização. Esse procedimento fotográfico foi realizado em todas as matérias do jornal consideradas como fonte desta pesquisa. Tal procedimento permitiu a organização do acervo no armazenamento das fontes da pesquisa.

Após o levantamento das fontes, as fotos eram armazenadas em dispositivos eletrônicos. As fotografias foram organizadas em pastas separadas por ano de publicação e o periódico a que pertencia. Foram nomeadas pelas datas de publicação e separadas cronologicamente, isto é, de acordo com o recorte temporal da pesquisa.

Após o período de catalogação das fontes, foram traçados os resultados. Fazia-se a relação entre as fontes encontradas no jornal e os textos estudados, o que possibilitou uma visão mais ampla dos conteúdos e o contato com informações que, muitas vezes, estavam ausentes no jornal. Todo esse processo foi o meio encontrado para chegar aos resultados apresentados nos próximos capítulos.

Este trabalho está dividido da seguinte maneira: além desta introdução, que traz aspectos fundamentais e metodológicos, justificativas, objetivos e as relevâncias desta pesquisa. No capítulo dois, foi possível compreender os dispositivos legais e conceitos que subsidiaram os resultados expostos mais a frente. Em seguida, no capítulo três, foi feita uma explanação resumida do contexto histórico de Sapé, relacionando o desenvolvimento do município com a implantação do Ginásio. Posteriormente, no

capítulo quatro, foram apresentados os resultados e discussões, espaço no qual foi possível sistematizar os principais achados desta pesquisa referentes à implantação e funcionamento do Ginásio de Sapé.

2. ENSINO SECUNDÁRIO E A ESPECIALIDADE DOS ESTUDOS DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS

2.1. De um nível de ensino valoroso e de traços elitistas à uma tentativa de expansão para todos

Ensino Secundário, ensino médio, escola secundária, curso ginásial e curso colegial, foram termos usados para nomear os estudos de grau intermediário entre o primário e o superior, num determinado período da história da educação brasileira. (SOUZA, 2010)

Todos esses termos citados anteriormente se referiam direta ou indiretamente ao Ensino Secundário que abordamos nesta pesquisa. Este nível de ensino tinha uma orientação propedêutica, voltado fundamentalmente para preparar o estudante ao ingresso nos cursos superiores, por isso, na época, era considerado o mais importante dentre os demais cursos do Ensino Médio.

O termo Ensino Médio, fazia menção a todos os cursos realizados posteriormente ao Ensino Primário. Era uma linhagem maior que abarcava os seguintes cursos: Secundário, Agrícola, Industrial, Comercial e Normal. Ao contrário do Ensino Secundário, os demais cursos que compuseram o Ensino Médio, eram voltados para uma formação técnica e conduzia o alunado para o mercado de trabalho.

Ainda sobre os cursos que compreendiam o Ensino Médio, o Jornal A União nos traz uma informação relevante a respeito da manutenção e subsídios voltados a esse nível de ensino:

Pelo decreto 39 080, de abril de 1956, foram alterados vários dispositivos do Regulamento do Fundo Nacional de Ensino Médio, aprovado pelo decreto n. 37 494, de 14 de junho de 1955. [...] Os subsídios para a manutenção dos estabelecimentos de ensino, nesta incluída a suplementação dos salários dos professores, estavam destinados exclusivamente aos cursos 'secundários, comercial e industrial' em virtude de os demais cursos não estarem subordinados a fiscalização do Ministério da Educação e Cultura. As modificações introduzidas nos artigos primeiro e 30º do Regulamento do Fundo

estendem essas vantagens a todos os cursos de nível médio, desde que neles sejam seguidos padrões da legislação federal ou estadual e a respectiva organização administrativa possibilite, a critério do Conselho de Administração do F.N.E.M a observância do mencionado regulamento. [...] (JORNAL A UNIÃO, 12/06/1956, p. 02)

Conforme apresentado no Jornal A União, no estado da Paraíba, através do Decreto 37.494, de 14 de junho de 1955, apenas os cursos Secundário, Comercial e Industrial eram subordinados pelo Ministério da Educação e Cultura, no que se refere aos subsídios para manutenção e a fiscalização de tais cursos. No entanto, somente em 1956 é alterado o Fundo Nacional de Ensino Médio (FNEM) através do Decreto 39.080, de abril do mesmo ano, que destinou essas últimas vantagens a todos os outros cursos do Ensino Médio. Desse modo, é possível notar que mesmo antes da referida alteração no FNEM, o Ensino Secundário¹ já era considerado um dos cursos mais importantes pelo MEC, porque além de ser um curso propedêutico, era o mais cobiçado pelos jovens, afinal, era a porta de entrada para o Ensino Superior, que o caracterizava como de maior importância.

Jayme Abreu, um professor que dedicou vários anos de estudo especialmente ao Ensino Secundário e teve como experiência um longo convívio como inspetor deste ramo de ensino, o define de tal forma:

O termo escola secundária, no Brasil, em seu sentido técnico, corresponde à segunda grande divisão da escala educacional, de cujo tronco (ensino médio) é o ramo julgado mais importante. Em tempos não muito remotos o seu conceito não era o de escola também destinada às classes populares e sim de escola de classe dominante, preparatória para os estudos superiores de uma elite. (ABREU, 2005, p. 42)

Analisando essa definição de Abreu (2005), é possível notar que além dele nos trazer uma definição do Ensino Secundário, o autor reforça a ideia do prestígio que tinha este nível de ensino e enfatiza o público para quem era destinado. Segundo esse mesmo autor “com as mudanças na estrutura social do País, está ela [escola de nível secundário] perdendo, gradualmente, o caráter de escola de classe dominante, ainda

¹ É importante destacar que durante muito tempo esse ensino apresentou um caráter elitistas. Por isso, vale ressaltar que essa importância dada a este nível de ensino era atribuída por uma parcela da sociedade, ou seja, a elite.

que continue imbuída desse espírito em suas formas e funções.” (ABREU, 2005, p. 42). Essa afirmação de Abreu (2005) vem fazer uma crítica à organização e funcionamento do Ensino Secundário e destacar a necessidade de mudanças que eram demandas para este nível de ensino na época.

Comungando também da discussão supracitada, Souza (2010) destaca que:

[...] ao longo do último século passamos de um atendimento restrito, acentuadamente caracterizado pela diferenciação social, para um atendimento ampliando incorporando setores das camadas populares. Neste processo foi destacada a participação do Estado na expansão de vagas e criação de escolas. (SOUZA, 2010, p.48)

Essas mudanças na estrutura social podem estar relacionadas ao final da década de 1940 e os anos de 1950, quando o Ensino Secundário público começa a se expandir no país, inclusive através da Campanha Nacional de Ginásio Gratuito (CNEG), que visava implantar um ginásio em cada município brasileiro que ainda não houvesse. A crítica feita por Abreu (2005), é que embora os ginásios implantados fossem teoricamente destinados aos jovens de família menos abastadas, a escola secundária continuava inspirada e dirigida pela classe dominante, o que gerava uma desarmonia entre a estrutura educacional oferecida e o alunado atendido pela escola.

Ainda sobre a discussão acima, O Jornal A União com base no IBGE, afirma que:

No curso das últimas duas décadas o ensino secundário no país teve apreciável desenvolvimento, tendo-se elevado de 6 vezes o número de estabelecimentos e de 8 vezes o número de alunos matriculados. Os dados de Serviço de Estatística da Educação, já atualizados até 1954, mostram que, no início do ano passado havia no Brasil 2.510 unidades escolares dedicadas ao ensino secundário geral, cujo corpo discente se constituía de 540.902 alunos. Entretanto, em 1933 apenas dispúnhamos de 417 unidades daquele gênero, com 66.420 educandos. A iniciativa privada teve uma participação decisiva nessa expansão tanto no que diz respeito ao ciclo ginásial, quanto ao ciclo colegial, nos quais o ensino particular predomina respectivamente com 75% e 69% do número de cursos e 69% e 64% do número de alunos. Os 1.841 estabelecimentos particulares existentes em todo território nacional ministravam em 1954 o ensino secundário geral a 369.781 alunos, enquanto o ensino público, representado por apenas 669 cursos registrava um discipulado de apenas 171. 121 pessoas. Certamente por depender o seu desenvolvimento de condições favoráveis à economia privada, os estabelecimentos de ensino secundário geral são mais numerosos e

surtem mais frequentemente nas regiões de nível de vida mais elevado [...] (JORNAL A UNIÃO, 25/10/1955. p.01).

A partir desta matéria do Jornal, intitulada como “Aspectos do Ensino Secundário no Brasil”, podemos perceber que na metade da década de 1950 havia uma grande predominância de estabelecimentos privados de ensino pós-primário no país. Tal informação nos leva a pensar que um dos motivos para a tentativa de expansão do Ensino Secundário público através da CNEG foram esses números alarmantes de instituições privadas em relação às instituições públicas.

O Ensino Secundário Paraibano, naquela época, também estava enquadrado na mesma conjuntura do Ensino Secundário Brasileiro, a partir da citação que segue, podemos também ter uma noção da situação do ensino pós-primário no Estado da Paraíba:

O ensino secundário do primeiro ciclo vem sendo ministrado por dez ginásios distribuídos na capital e no interior e devido á iniciativa particular. O único estabelecimento oficial, o Colégio Estadual da Paraíba, funcionou ano passado, nos dois ciclos [...] Torna-se indispensável à ampliação de nossa rede de estabelecimentos de ensino secundário com a criação de novos colégios pelo Estado e estímulo á iniciativa particular. Com esse propósito já determinou o Governo a construção do Colégio Estadual de Campina Grande, que também disporá de dois ciclos, havendo concedido auxílios para a ampliação do Ginásio Diocesano de Patos e para a construção do Ginásio Paroquial de Esperança e do Ginásio dos Maristas de Alagoa Grande, conforme autorização dada pela Lei nº 33, de 11 de novembro de 1947. (JORNAL A UNIÃO, 03/06/1948, p.05).

De acordo com o fragmento acima, em um período antecedente ao ano de 1948, o Ensino Secundário funcionou regularmente na Paraíba, em dez estabelecimentos deste nível de ensino, sendo nove particulares e um público (Colégio Estadual da Paraíba, atual Lyceu Paraibano). Ou seja, o Estado da Paraíba contava com apenas um estabelecimento de Ensino Secundário público. Essa falta de mais instituições públicas de nível secundário confirma, de certa forma, o elitismo do Ensino Secundário.

É com base nas pesquisas desenvolvidas pela mesma autora deste trabalho que são apresentados os resultados a seguir. Foram dois anos de dedicação às pesquisas

relacionadas à expansão do ensino pós-primário público na Paraíba, nas quais se obteve resultados significativos que são descritos de forma sintética mais adiante.

Na Paraíba, até 1948, não foi identificada nas fontes da pesquisa (Jornal A União e O Norte) instituições secundárias públicas implantadas nesse período, isso leva a crer que os investimentos do Governo do Estado da Paraíba foram escassos, ou que existia uma despreocupação por parte do governo com este ensino naquele período.

Em contrapartida, após 1948, houve um certo investimento no ensino pós-primário público, resultando na implantação de seis instituições, mais três autorizadas para funcionamento e uma em processo de aprovação pelo poder legislativo. Uma dessas instituições implantadas era o Ginásio de Sapé. Os quadros a seguir permitem uma melhor visualização desse processo de instauração dos estabelecimentos de ensino na Paraíba.

Quadro 1- Instituições Secundárias Públicas Implantadas² na Paraíba (1942-1961)

INSTITUIÇÃO	CIDADE	ANO
Colégio Estadual de Campina Grande	Campina Grande	1948
Ginásio Castro Pinto	João Pessoa	1949
Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho	Princesa Isabel	1953
Ginásio de Sapé	Sapé	1956
Ginásio 4 de Julho	Araruna	1957
Ginásio Eduardo Ferreira	Rio Tinto	1957

Fonte: Elaborado a partir do Jornal A UNIÃO e Jornal O NORTE (1942-1961)

² As instituições implantadas eram aquelas que já tinham sido autorizadas para construção e que suas obras já tinham sido iniciadas ou até mesmo inauguradas.

Quadro 2 - Instituições Secundárias Públicas da Paraíba Autorizadas para Funcionamento³ (1942-1961)

INSTITUIÇÃO	CIDADE	ANO
Ginásio de Guarabira	Guarabira	1960
Ginásio Municipal Jader Lessa Feitosa	João Pessoa	1961
Ginásio de Santa Rita	Santa Rita	1961

Fonte: Elaborado a partir do Jornal O NORTE (1942-1961)

Quadro 3 – Instituição secundária pública em processo de aprovação⁴ no Estado na Paraíba (1942-1961)

INSTITUIÇÃO	CIDADE	ANO
Colégio Estadual de Patos	Patos	1960

Fonte: Elaborado a partir do Jornal O NORTE (1942-1961)

É possível observar no quadro 1, que a implantação de instituições no Ensino Secundário foi mais expressiva nos anos de 1950, nos quais houve a instauração de quatro instituições secundárias. De acordo com o quadro 2, nos anos de 1960, foi identificado três estabelecimentos autorizados para funcionamento e no quadro 3 uma em processo de aprovação, ou seja, já nos anos finais do período temporal da pesquisa. Provavelmente, esses estabelecimentos foram inaugurados em um período posterior a 1961, os quais se distanciaram do período em tela da pesquisa.

³ As instituições autorizadas eram aquelas em que seus projetos de criação já tinham sido assinados para construção e funcionamento.

⁴ O Colégio Estadual de Patos, pelo menos até 1961, ficou em processo de aprovação pelo poder Legislativo. Na Paraíba, para ser implantada instituições oficiais de Ensino Secundário era preciso existir um projeto de Lei que criasse as instituições de ensino que, depois de aprovado e assinado a construção poderia ser iniciada. Provavelmente, em um período posterior, o projeto de criação do Colégio Estadual de Patos e em seguida a instituição funcionou, mas, no momento fugiu do foco temporal da pesquisa.

Além do investimento nas instituições, houve também, no período em tela, ações e políticas voltadas para o Ensino Secundário na época. O quadro a seguir esquematiza de forma sintética alguns desses feitos que foram identificados na pesquisa.

Quadro 4 – Ações e Políticas dos Governos da Paraíba voltadas ao Ensino Secundário

GOVERNADORES	AÇÕES E POLÍTICAS
Ruy Carneiro (1942-1945)	Apoio dado para a construção de um novo Colégio particular em João Pessoa; Lançamento da pedra fundamental do Ginásio de Esperança em 1945.
Oswaldo Trigueiro (1946-1950)	Implantação do Colégio Estadual de Campina Grande e o Ginásio Noturno Castro Pinto.
José Américo (1951-1956)	Incentivo ao primeiro Congresso de Professores Secundários do Nordeste; Ampliação do Colégio Estadual de João Pessoa; A elevação dos salários dos professores secundários; Tentativa do barateamento do ensino privado em geral.
Flavio Ribeiro Coutinho (1956-1958)	Investimento na expansão do Ensino Secundário ← → Programas nacionais: Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), Campanha de Merenda Escolar (CME), e a alteração no Fundo Nacional do Ensino Médio; Maior número de instituições secundárias.
Pedro Gondim (1958-1960)	Extensão do Colégio Estadual de João Pessoa.
José Fernandes de Lima (1960-1961)	Equiparação dos vencimentos dos professores secundários contratados com os efetivos.

Fonte: Elaborado a partir do Jornal A União (1942-1961)

Toda essa tentativa de ampliação do ensino pós-primário público ocasionou uma descentralização do poder eclesiástico sobre as instituições secundárias, tornando o Ensino Secundário menos excludente e mais oportuno aos jovens de família de menor poder aquisitivo. Todavia, é importante destacar que, para o período, a tentativa de ampliação ainda era insuficiente para tornar o Ensino Secundário público acessível à juventude como um todo do Estado da Paraíba.

2.1.1. Da reforma Capanema à LDB de 1961

Até a promulgação da Lei Orgânica de Ensino Secundário sancionada pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, o ensino pós-primário passou por várias reformas. Estas reformas apresentaram orientações e regulamentações distintas voltadas ao referido nível de ensino, que expressaram as necessidades do poder público, intelectuais e professores ligados ao Ensino Secundário. Algumas destas reformas foram as seguintes:

Reforma Benjamim Constant (1891), que introduziu a equiparação e os exames de madureza, embora que limitado aos estabelecimentos oficiais de ensino; Reforma Epitácio Pessoa (1901), a qual consolidou a equiparação de colégios ao Colégio Pedro II e sua transformação em instrumento de padronizar o Ensino Secundário nacional; Reforma Rivadávia (1911), apresentada pela experiência de “desoficialização” do ensino, já que extinguiu a equiparação e objetivava a instauração de um regime de livre competição entre os estabelecimentos de ensino oficiais e particulares; Reforma Maximiliano (1915), cuja finalidade incidia na melhoria do ensino secundário e na retomada da uniformização, destacando, mais uma vez, o caráter propedêutico desse ensino; Reforma Rocha Vaz (1925), que propôs os exames seriados; Reforma Francisco Campos (1931), que enfatizou a preparação do adolescente à integração com uma sociedade mais complexa que estava em formação naquela época. (SILVA, 2014, p.43)

Após a Reforma Francisco Campos (1931), em 1942, durante o Estado Novo, sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, passou a vigorar a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema, a qual será aprofundada mais um pouco na discussão pelo fato de ser a Lei que regeu a

educação secundária durante os seis primeiros anos do recorte temporal desta pesquisa.

No que se refere à configuração do nível de ensino em foco, de acordo com o Decreto-Lei nº 4.244, o curso secundário tinha duração total de sete anos. Os quatro primeiros anos compreendia o chamado curso ginásial⁵. Este primeiro ciclo, era voltado para uma formação mais geral. Eram oferecidas disciplinas que serviam como base para o ciclo posterior. As línguas a serem estudadas neste ciclo eram: português, latim, francês e inglês, além de outras disciplinas advindas das duas áreas do segundo ciclo.

O segundo ciclo oferecia duas opções de cursos: o Clássico⁶ e o Científico⁷. O aluno poderia optar pelo curso de sua preferência. O Clássico era mais inclinado para as ciências humanas, as literaturas e as línguas. Enquanto o Científico valorizava mais as ciências. Basicamente, as disciplinas que eram estudadas no Clássico eram as mesmas estudadas no Científico. No entanto, a esse respeito, as disciplinas da área humanística eram mais presentes no currículo do curso Clássico e tinha o estudo de mais uma língua: o latim. Já o curso Científico, era composto mais pelas ciências e oferecia a disciplina desenho. Além das disciplinas regulares e obrigatórias oferecidas pelo currículo desta modalidade de ensino e como parte integrante, era lícito aos estabelecimentos secundários incluir a educação religiosa que tinha seu regime ditado pela autoridade eclesiástica.

Conforme o capítulo III do título I da Lei ainda em questão, no artigo 5º é possível compreender como se configurou os tipos e nomenclaturas das instituições secundárias. Os ginásios eram o tipo de escolas que ofereciam apenas o primeiro ciclo do Ensino Secundário, ou seja, os quatro primeiros anos. Enquanto os Colégios deveriam oferecer, além do curso ginásial, o colegial, abrangendo o curso Clássico e o

⁵ Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências naturais, História geral, História da Brasil, Geografia geral, Geografia do Brasil, Trabalhos manuais, Desenho e Canto orfeônico.

⁶ Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, Biologia, História geral, História do Brasil, Geografia geral, Geografia do Brasil e Filosofia.

⁷ Português, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, Biologia, História geral, História do Brasil, Geografia geral, Geografia do Brasil, Filosofia e desenho.

Científico. Em outras palavras, para uma instituição receber o nome de colégio, teria que proporcionar o Ensino Secundário completo, ou seja, os sete anos.

Nos capítulos V e VII do título II, são claras as imposições e ideários do Estado Novo (1937-1945). No capítulo V, os alunos do sexo masculino, salvo por incapacidade física, recebiam instruções militar fixadas pelo Ministério da Guerra brasileira. Já no Capítulo VII, isso era ainda mais claro, era uma educação com traços sexista, pois o homem era tido como figura maior e mais imponderada, enquanto no capítulo seguinte, a mulher era redimida a sua missão matriarcal e doméstica.

Em suma, é possível observar de forma mais acentuada que, a Reforma Capanema, tentou a revalorização das humanidades clássicas e modernas no âmbito da cultura escolar, propôs que o ensino fosse patriótico por excelência e que fosse capaz de proporcionar aos adolescentes a compreensão dos problemas e das necessidades da missão e dos ideais da nação.” (SOUZA e SILVA, 2017, p.543) “Essa reforma vigorou por duas décadas e deixou marcas duradouras na configuração do ensino secundário no país.” (SOUZA, 2010, p.44).

Em 1961, no Brasil, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61). Ao analisar este dispositivo legal comparando com a Reforma Capanema é notório perceber que, no que tange o Ensino Secundário, a LDB de 1961 apresentou mudanças pouco significativas quanto a Lei Orgânica de Ensino Secundário.

Se for esmiunçar um pouco sobre a LDB de 1961 aqui, como foi feito mais acima com Lei de 1942, basicamente, as informações ficariam repetidas, pois, este último dispositivo legal manteve a mesma estruturação de divisão do ensino secundário (em dois ciclos com duração total de sete anos).

No que tange as mudanças relevantes introduzidas pela Lei nº 4.024/61, foram identificadas as seguintes: diferença no currículo incluindo matérias optativas sobre preferência dos estabelecimentos de ensino; delimitação ao número de disciplinas a serem ministradas e a diversificação na terceira série do colegial incluindo aspectos linguísticos, históricos e literários no currículo, visando o preparo dos alunos para os cursos superiores e podendo ser ministrada em colégios universitários. (SILVA, 2014).

A Lei nº 4.024/61 não era focada apenas no ensino pós-primário, mas, apresentava orientações para a educação no geral, desde o ensino primário até a educação superior. Em contrapartida, o Decreto-Lei N. 4.244, era voltado somente e detalhadamente ao Ensino Secundário. Ou seja, a LDB de 1961 não objetivou uma nova configuração apenas para o nível educacional aqui discutido, mas sim, de toda a educação.

2.2. Instituições Escolares: uma discussão geral à luz de alguns estudiosos

As pesquisas sobre instituições escolares tiveram maior desvelamento principalmente, a partir dos anos 1990, apesar de alguns estudos dessa área terem sido desenvolvidos anterior a esse tempo. Nosella e Buffa (2006) distinguem três momentos marcantes com relação ao desenvolvimento dos estudos históricos-educacionais no Brasil a partir dos anos 1950. O primeiro período foi marcado por pesquisas voltadas à educação e à sociedade, mas, mesmo assim, houve registros de alguns estudos sobre instituições escolares. O segundo período ficou caracterizado pela criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação, durante os governos militares, por volta da década de 1970 e 1980. Já o terceiro período inicia-se nos anos 1990 e distingue-se pela consolidação da pós-graduação. É teoricamente marcado pela conhecida crise dos paradigmas. (NOSELLA; BUFFA, 2006)

Nosella e Buffa (2006) são professores de ensino superior e têm estudos desenvolvidos no âmbito de instituições escolares. Em um de seus artigos *As “Pesquisas Sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico”*, os autores iniciam trazendo alguns aspectos marcantes relacionados à trajetória histórica das pesquisas sobre instituições escolares. Em seguida, chamam atenção para que o estudo de uma instituição escolar não seja feito de modo singular. Não pode ser um estudo reducionista, minimizado, descritivo e particular. Deve ser um estudo inteiro, pluralizado, crítico, que considere o contexto geral. É dessa forma, segundo estes autores, que o estudo sobre uma determinada instituição pode ser aproveitado, de modo que compreenda o sentido real da sociedade, as motivações, as justificativas, a realidade existencial da instituição, sua totalidade histórica.

Compactuando com algumas ponderações apresentadas pelos autores aqui comentados, Saviani (2005) apresenta em um de seus escritos “Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas” algumas considerações para definir uma instituição escolar. Segundo ele, a palavra instituição derivada do latim *institutio, onis*, apresenta quatro variações: 1. Disposição; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina. (TORRINHA, 1945, p. 434 apud SAVIANI, 2005, p. 28)

Saviani (2005) faz a abertura de seu texto com essas quatro acepções diferentes do termo “instituição”. A primeira nos remete a algo organizado, juntado, um meio de condicionar algo num lugar, uma ideia de edificação. A segunda acepção é da função da instituição, no caso, educar, instruir e ensinar. A terceira, dá a ideia de criação do ser, do manter, formar e cultivar. E, finalmente, a quarta, de um tipo de educação padrão, um sistema, um modelo, regras, uma teoria, uma ideia, uma doutrinação, algo mais característico, singular, cultural ou próprio de uma instituição. Apesar dessas definições estarem imbricadas entre si, a quarta nos chama mais atenção e remete de maneira mais forte ao que chamamos de instituição, afinal, as primeiras instituições educativas, pelo menos no Brasil, foram criadas com um intuito doutrinário, cheias de regras, particularidades, nas quais determinado grupo de indivíduos precisavam compartilhar das mesmas ideias, crenças, modos, etc.

Evidentemente a palavra “instituição” deriva do verbo instituir, de criar algo, fundar, inventar, organizar, não de algo pronto. Conforme Saviani (2005),

além de ser criada pelo homem, a instituição se apresenta como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. [...] (SAVIANI, 2005, p. 28)

Em outras palavras, as instituições são feitas para durar, não para ser algo que se desfaz, são criadas para satisfazer necessidades permanentes e não repentinas. Não se faz jus criar uma instituição para atender alguma precisão e depois ser desfeita. Obviamente, como toda matéria produzida pelo homem, a instituição há de se desgastar de forma material, mas, através do tempo histórico, ela mantém-se viva.

Assim, se as instituições são resultados das necessidades e interesses humanos, Saviani (2005), também compactua das ideias de Nosella e Buffa (2006), quando esses três autores consideram a instituição dentro do contexto social. Como afirma o próprio Saviani,

as instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem.” (SAVIANI, 2005, p. 28)

A discussão de Sanfelice (2009) sobre instituições escolares é similar as dos autores comentados acima. Em seu artigo *História e Historiografia de Instituições Escolares*, ele faz uma análise de algumas produções acadêmicas que tratam sobre instituições escolares, destacando diferentes abordagens assumidas por seus autores. A principal ideia trazida por este autor é a seguinte:

[...] o estudo das Instituições escolares e/ou educativas poderá acrescentar conhecimentos históricos à história da educação se além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação delas na totalidade histórica. (SANFELICE, 2009, p.198)

Sanfelice (2009) atenta para a relação do singular com o universal, orienta o pesquisador para a criticidade.

Para se captar o que é a singularidade de uma instituição torna-se necessário olhar o universal (a totalidade). Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa. (SANFELICE, 2009, p.198)

Este último autor defende que o estudo de uma instituição não pode acontecer de forma isolada, sem considerar a história e a história da educação. O historiador precisa ter um olhar universal e compreender a totalidade histórica em que a instituição está inserida.

Magalhães (2004), em sua obra *Tecendo Nexos* traça ideias e conceitos entre a história da educação e o estudo das instituições. O autor considera a instituição como resultado da educação e da ação humana. Assim, ele ressalta o imbricamento educação e instituição: “[...] A história das instituições educativas é campo de investigação em que a educação e a instituição se articulam por ação dos sujeitos.” (MAGALHÃES, 2004, p.67) Um pouco diferente dos autores explanados acima, que marcam a instituição como um forte construto social, os quais defendem que o estudo da instituição precisa estar totalmente atrelado aos acontecimentos da realidade da sociedade, Magalhães (2004), por sua vez, compreende que o estudo das instituições deve estar mais ligado ao indivíduo em si, a seus projetos, suas identidades e suas vivências. Como o próprio autor ressalta:

A pedagogia institucional não consigna apenas à instituição enquanto espaço físico, caracterizado por uma determinada arquitetura; alarga-se ao grupo e as representações que subjazem aos intervenientes na relação educativa, bem como aos projetos de vida que a relação dos sujeitos com a instituição permitiu idealizar e tornar realidade. A identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos e projetos, com a memória e a representação de instituições, cruzam-se e fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica. A apropriação é, por consequência, o resultado da ação, por parte dos sujeitos – um processo não forçosamente imediato à ação. (MAGALHÃES, 2004, p.66)

Finalmente, no que tange a definição feita por Magalhães (2004) a respeito da instituição, ele diz que “a instituição educativa é local, tradição, representação [...] A instituição educativa é contexto, representação, materialidade e apropriação.” (MAGALHÃES, 2004, p.67) Este autor, considera o estudo das instituições de modo mais particular, enquanto os demais autores que têm um olhar mais universalizado.

Dentre as quatro abordagens aqui apresentadas sobre instituições escolares, embora sejam parecidas e não desconsiderando as demais de maneira radical, a que norteia este trabalho é a de Saviani (2005). A definição feita por este autor é a que mais se aproxima da proposta desta pesquisa, afinal, um dos objetos é entender o processo de criação do Ginásio de Sapé, e entender este processo, envolve relacionar a instituição no contexto maior. Além disso, as variações da palavra “instituição”

apresentadas por Saviani (2005), anteriormente, são as que melhor ajudaram a discutir a criação e funcionamento da instituição escolar aqui estudada.

3. A CIDADE DE SAPÉ: DA ESTAÇÃO DE TREM A SUA URBANIZAÇÃO

3.1. Surgimento e Localização

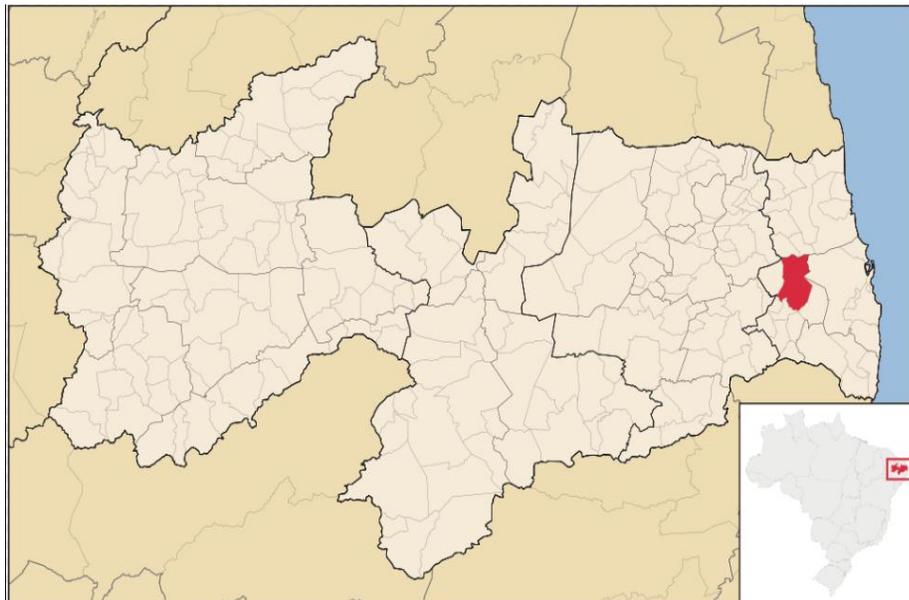
Este subitem foi escrito com base em obras sobre a cidade de Sapé. Algumas dessas obras, usadas como fonte foram livros de memorialistas. Um dos livros é “O Processo Histórico de Sapé (1757-2012)” escrito por Juraci Marques Ferreira, nascido em região rural próxima de Sapé. O autor é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFPB e exerceu atividades advocatícias por vários anos na cidade. Foi defensor público do estado da Paraíba junto a comarca de Sapé e cidades circunvizinhas. Juraci Marques Ferreira também foi professor do Colégio Estadual de Sapé (Ginásio de Sapé), presidente da câmara sapeense, vice-prefeito da cidade e por sete anos foi assessor jurídico e administrativo da Prefeitura Municipal de Sapé.

O outro livro “EÇA-PÉ” é de José Cláudio Pereira Elias. Filho da cidade de Sapé e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba. É um livro pequeno, mas que contém de forma breve aspectos fundamentais sobre a cidade.

A partir das duas obras já mencionadas, traçamos informações sobre o passado da cidade de Sapé, de forma comparativa e complementar.

O município de Sapé está localizado á cerca de 60 km da capital da Paraíba, João Pessoa. Situa-se ao Leste do Estado, na mesorregião do agreste e do brejo e na microrregião da mata Paraibana. Ao limite Norte do município está: Cuité de Mamanguape e Capim; Ao Sul: Sobrado e Riachão do Poço; Ao Oeste: Marí e ao Leste: Cruz do Espírito Santo. Nos mapas a seguir, é possível vislumbrar melhor a localização deste município.

Imagem 1 – Mapa da Paraíba com destaque no município de Sapé



Fonte: Google Imagens

Imagem 2 – Cidades que fazem limites com o município de Sapé



Fonte: Google Maps

Sapé é conhecida como terra das Ligas Camponesas. Assim como a cidade do abacaxi, por ser um exportador, atualmente, do produto na região. Também é o berço do poeta Augusto dos Anjos⁸.

O lugar geográfico que hoje se encontra o município de Sapé era coberto por uma mata fechada cheio de um capim chamado Sapê, que nos tempos pré-coloniais foi habitada pelos índios Potiguaras. Foi assim, até o surgimento dos primeiros engenhos na região. A nomenclatura “Sapé” tem relação com o nome do capim que cobria o território antes do povoamento. (ELIAS, 2006)

O nome Sapé estava longe de existir, diante do contexto de algumas localidades que hoje integram o município. Algumas dessas localidades eram: Pacatuba, Fundo Vale, Tanhém, Varge Grande, entre outras que já eram habitadas e tinham nome. (FERREIRA, 2013)

Mesmo já existindo tantas localidades, Sobrado e Cachoeira marcaram o nascimento de Sapé. Isso porque esses dois povoados já possuíam comércios em padrões desenvolvidos na época, o que automaticamente fazia uma movimentação de pessoas naquela região. (FERREIRA, 2013)

Com toda essa movimentação entre Sobrado e Cachoeira, foi vista a necessidade da construção de uma linha férrea em direção a Mulungú com destino final a cidade de Alagoa Grande. Em setembro de 1883, é inaugurada a linha férrea juntamente com a estação que foi construída para atender o povoado de Sobrado e Cachoeira, com a passagem do primeiro trem. (ELIAS, 2006)

A estação de trem, depois de inaugurada, movimentou muita gente e naquele mesmo lugar, por ser mais próximo e acessível ao trem, as pessoas foram firmando moradias, o que deu origem ao povoado de Sapé. No sentido Leste e Oeste, o povoado foi se agrupando e formando os bairros denominados como Sapé de Cima, Sapé de Baixo e Sapé do Meio. (ELIAS, 2006) Desse modo, não se pode negar que Sapé sofre grande influência para seu crescimento urbano depois da edificação da estação ferroviária.

⁸ Há uma ampla discussão sobre o tema. Porém, não é enfatizado neste trabalho tal discussão.

A construção da ferrovia possibilitou que o povoado de Sapé recebesse pessoas de outros lugares, como os primeiros europeus, que chegaram no início do século XVII e ergueram os engenhos de açúcar, o que se tornou a base da economia do município.

Foto 1 ⁹ - Estação Ferroviária de Sapé construída em 1882



Fonte: Sapé de Outrora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutrora/>>

⁹ As fotografias neste trabalho não estão sendo exploradas rigorosamente como fontes de pesquisa. Elas estão sendo usadas mais no sentido de ilustração.

Foto 2 - Passagem do trem no povoado de Sapé nos anos de 1880¹⁰



Fonte: Sapé de Outrora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutrora/>>

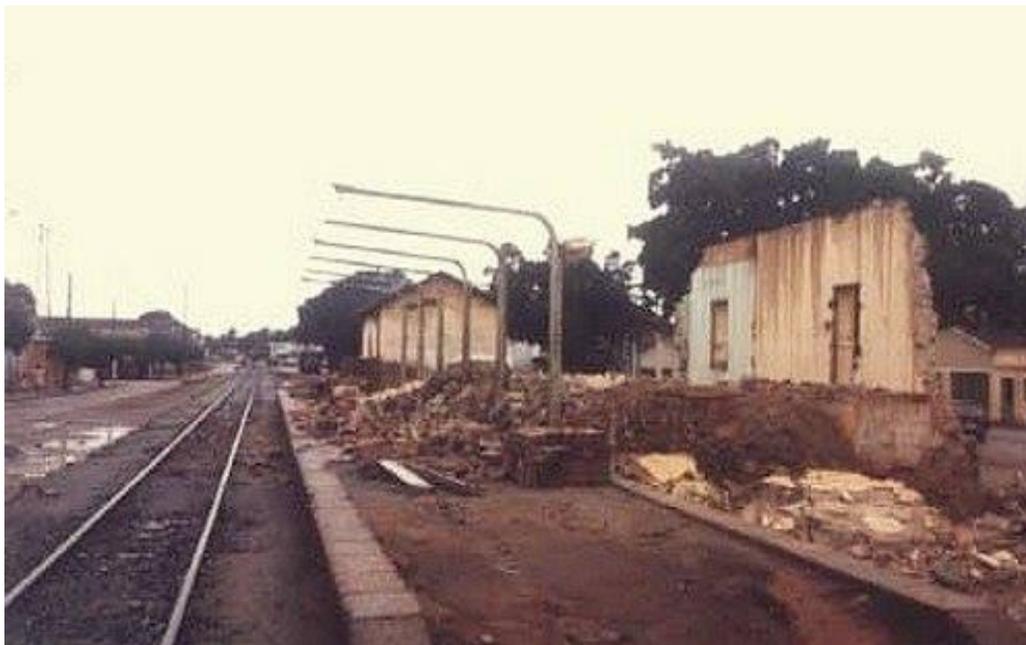
É possível observar que a foto 1, contempla principalmente a estação ferroviária de Sapé, construída no período oitocentista. Ainda na mesma foto aparece a linha de passagem do trem e por trás da estação, uma rua com as primeiras casas construídas no povoado. A referida estação é o ponto de partida para o surgimento do povoado que posteriormente tornou-se cidade.

A foto 2 é um registro de uma das primeiras passagens do trem em Sapé. Ao observar a imagem, aparentemente, as pessoas estão contemplando a passagem do trem como algo novo.

Na atualidade, o prédio da estação de trem não mais existe em Sapé. Foi demolido em meados da década de 1980 pela administração municipal. O lugar que nasceu a cidade hoje é uma praça. O que ainda resta são os trilhos de ferro que cortam a cidade, mas, que, desde a década de 1980 está desativado. (FERREIRA, 2013)

¹⁰ Não se sabe certamente se essa fotografia data início dos anos 1880 ou nos fins desta década.

Foto 3 – Demolição da Estação de Trem de Sapé em 1986



Fonte: Sapé de Outrora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutrora/>>

3.2. Sobre a emancipação

Antes de se tornar um município independente, Sapé pertenceu de forma sucessiva aos seguintes municípios e comarcas: Pedras de Fogo, Pilar, Santa Rita, Mamanguape e Cruz do Espírito Santo.

O desenvolvimento de Sapé, partindo do lugarejo até sua emancipação política foi rápido em comparação a outras cidades da Paraíba. Tal fato se justifica por Sapé ter nascido em um meio praticamente desabitado e em menos de vinte anos já ter se tornado povoado, com menos de trinta e cinco anos ter se tornado distrito e com apenas mais oito anos conquistar a emancipação política. (FERREIRA, 2013)

No que tange ao período de transição de Distrito para Município, pode-se especificar que foi um acontecimento digno de comemoração. Em contrapartida, Cruz do Espírito Santo sofreu um retrocesso, deixando de ser emancipado politicamente para ser Distrito de um Município recém-criado. Cruz do Espírito Santo tinha

emancipação política desde a segunda metade do século XIX, retrocedeu para Distrito de Sapé conforme a Lei Nº 627 de 1º de dezembro de 1925 e após dez anos, voltou ser Município. (FERREIRA, 2013)

A Lei Estadual Nº 627 de 1º de dezembro de 1925 extinguiu o Município de Cruz do Espírito e criou o Município de Sapé. Em função do ocorrido, o Cartório, Tabelião, Comércio, dentre outros órgãos juntamente com seus funcionários foram transferidos para Sapé. (FERREIRA, 2013) Tal fato corroborou bastante para o acelerado crescimento do referido município. Desse modo, Sapé passou a ser vista por engenheiros, fazendeiros, comerciantes e empresários como um lugar de oportunidades.

3.3. Sapé: a sede das ligas camponesas

Em meados dos anos de 1950, no estado de Pernambuco, engenho da Galileia houve um dos primeiros movimentos em defesa dos direitos de trabalhadores rurais no Brasil. Após esse primeiro, essa experiência alastrou-se por outros estados Nordesteiros. (LIMA et al, 2011)

Na Paraíba, o movimento das Ligas Camponesas nasceu em Sapé no final da década de 1950 para o começo da década de 1960. Foi um movimento social que reuniu os trabalhadores e lavradores agrícolas que se sentiam injustiçados com as atitudes dos latifundiários. (LIMA et al, 2011)

Alguns dos principais objetivos das Ligas Camponesas eram: prestar assistência social e defender direitos de arrendatários, assalariados e pequenos proprietários rurais. Além disso, outro motivo de revolta e objetivo de luta era extinguir o cambão. (LIMA et al, 2011) O cambão era todos os jovens pobres que moravam em fazendas, que, quando completavam dezoito anos tinham por obrigação trabalhar um dia da semana sem receber nada e sem direito a saúde, alimentação e moradias dignas.

Na década de 1950, com a modernização da indústria e valorização do preço do açúcar após o final da Segunda Guerra Mundial, o município de Sapé transformara-se num dos maiores complexos agroindustriais do estado. As terras fecundas da Várzea do Rio Paraíba destinavam-se à

pecuária extensiva, ao plantio de abacaxi e, principalmente ao cultivo de cana-de açúcar. (XAVIER, 2010, p. 56)

Desse modo, possivelmente existia um grande número de trabalhadores rurais na região, o que foi o estopim para o movimento ganhar força no município.

Os trabalhadores rurais discutiam as precárias condições de trabalho, as dívidas absurdas nos “barracões” da fazenda e o famigerado “cambão”. Buscavam formas de vencer as dificuldades sentidas, principalmente, após a modernização das usinas e o conseqüente avanço das culturas canavieiras que tomavam o espaço anteriormente destinado as lavouras de subsistência e recrudesciam a disciplina laboral no campo, em nome da produtividade e da concorrência capitalista com a produção canvieira de São Paulo. (XAVIER, 2010, p. 62)

O movimento das Ligas Camponesas em Sapé começou quando o líder campestre Sapeense João Pedro Teixeira, marcou uma reunião em sua casa para tratar da defesa da classe trabalhadora rural. Os trabalhadores das regiões vizinhas também se juntaram ao movimento, logo a casa do líder do movimento ficou pequena para tanta gente, foi quando o Grupo Escolar Gentil Lins foi escolhido para ser sede das Ligas Camponesas. (FERREIRA, 2013)

Foto 4 – Placa posta em frente ao Grupo Escolar Gentil Lins



Fonte: Sapé de Outora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutora/>>

Foto 5 – Movimentação de Trabalhadores do Campo



Fonte: Sapé de Outora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutora/>>

Assim que os latifundiários souberam da revolta e da luta dos trabalhadores rurais, tentaram combater tal movimento mandando prender aqueles que lideravam as reuniões. Alguns desses líderes eram: João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias, Pedro Fazendeiro e Ivan Figueiredo. (ELIAS, 2006)

Em abril de 1962, o fundador das Ligas Camponesas Sapeense foi vítima de uma emboscada armada pelos latifundiários, sendo assassinado com tiros pelas costas. Além da morte do grande líder, outros trabalhadores envolvidos no movimento também foram mortos. No entanto, mesmo depois desses acontecimentos, Elizabete Teixeira prometeu junto aos trabalhadores do campo continuar a luta. (ELIAS, 2006)

As Ligas Camponesas foi um movimento de repercussão nacional, pois, foi marcada por muitas lutas e conquistas, uma delas foi a abolição do cambão e a libertação dos trabalhadores oprimidos pelos latifundiários. Em 1964, com o golpe militar, as ligas camponesas são praticamente extintas através de perseguição, morte e ameaças pelos militares. (ELIAS, 2006)

Finalmente, é importante ressaltar que as Ligas Camponesas (um movimento com viés de esquerda brasileira), além de ter sido um movimento de grandes lutas, também provocou “uma visão positiva do camponês, como verdadeiro agente de transformação social, que se contrapunha à tradicional imagem negativa sobre o atraso político e cultural desse setor social.” (XAVIER, 2010, p. 217)

3.4. A ascensão dos anos de 1950: economia, cultura e educação

A partir da leitura dos itens apresentados anteriormente neste mesmo capítulo, é notório que Sapé teve um desenvolvimento considerável no período estudado. Desde quando era um povoado, teve um histórico de sucesso. Portanto, sua primeira fase considerada de avanço, deu-se entre os anos de 1900 e 1920, e a segunda nas décadas de 1950 e 1960.

Nesses anos, sua agricultura, seu comércio, seu setor industrial, a presença de novas obras, especialmente no campo educacional e social, entre outras coisas, deram-lhe um impulso altamente pujante. (FERREIRA, 2013, p. 302)

Nessa época, referindo-se ao setor industrial, Sapé contava com uma das maiores produtoras de açúcar do Estado, a Usina Santa Helena; mais de dez engenhos que produziam aguardente, rapadura e açúcar mascavo; uma fábrica de óleo de nível nacional, a SANBRA; duas fábricas de fiação e tecelagem, a Santo Antônio e a Santa Rita; uma fábrica de redes e três fábricas algodoeiras. (FERREIRA, 2013).

Além disso, ainda no setor industrial, de menor porte, Sapé também contava com os seguintes empreendimentos: Moinho Confiança; uma fábrica de vinhos e quatro fábricas de calçados. Sem contar aqueles que vivem de consertos de calçados. (FERREIRA, 2013).

Referindo-se ao setor de vestimentas, nos anos 1950, praticamente não existia comércio de confecções prontas. Contava-se com cerca de cinco alfaiates, que até chegavam a contratar alguns operários para ajudar no atendimento da demanda de Sapé e região. (FERREIRA, 2013).

No setor comercial, a cidade dispunha de aproximadamente dez lojas de tecidos; duas lojas de pequenos artigos, conhecidos como “miudezas”; três armazéns, onde vendia mercadorias em atacado e três farmácias. (FERREIRA, 2013).

No que tange a agricultura, tal município também merecia destaque, existia as safras de cana-de-açúcar, algodão, mandioca, inhame, feijão, milho, etc. Além disso, também era grande exportadora de abacaxi.

Além destes empreendimentos, se tratando de aspectos sociais, esportivos e culturais, destacam-se: o Confiança Futebol Clube que teve grande repercussão no Jornal A União, principalmente nas décadas de 1950 e 1960; a construção do Clube Atlético Sapeense e o cinema. (FERREIRA, 2013).

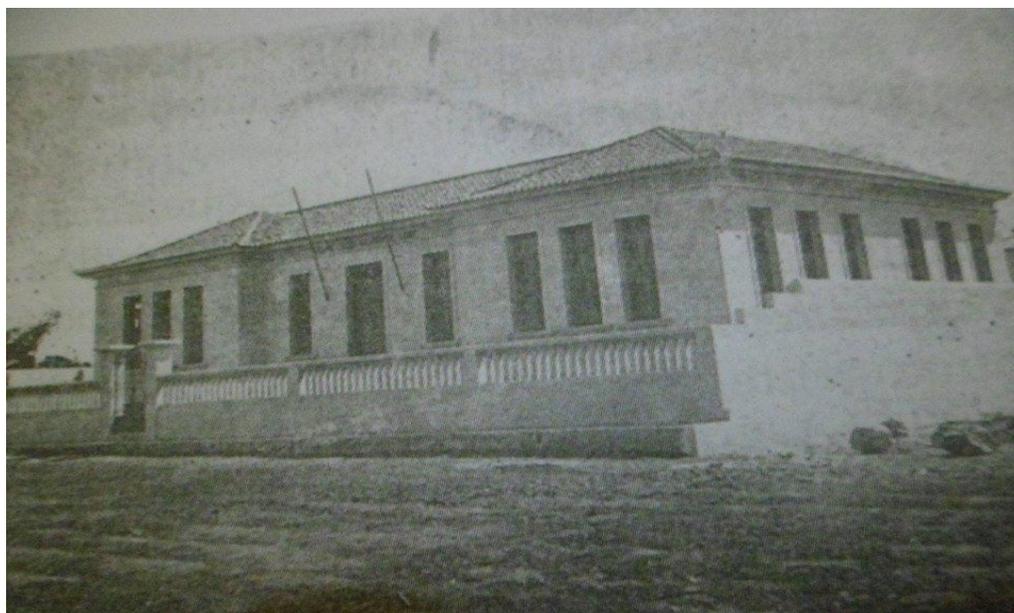
No que concerne às obras públicas de destaque dos anos de 1950 em Sapé, temos a instalação dos Correios e Telégrafos. Provavelmente, esse suposto desenvolvimento da cidade aumentou o crescimento da população, as oportunidades empregatícias e automaticamente a exigência de uma mão de obra qualificada, o que demandava uma necessidade de estabelecimentos de ensino que formassem os jovens daquela cidade e região. Possivelmente, como resultado dessa demanda, naquele

mesmo período, referindo-se as obras públicas do setor educacional teve a instalação da Escola Comercial “Dr. Corálio Soares” e finalmente, a implantação do Ginásio de Sapé, mais especificamente em 1956. Portanto, é possível notar que o Ginásio de Sapé é implantando numa cidade em fase de certo desenvolvimento, como ressaltou o Governo Flávio Riberio Coutinho, numa mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba:

A Lei Estadual Nº 1.629, de dezembro de 1956, criou o Ginásio Estadual de Sapé, indo ao encontro não apenas, das necessidades de um adiantando centro urbano, mas, igualmente, do imperativo de expansão do Ensino Secundário Oficial”. (JORNAL A UNIÃO, 27/06/1957, p. 08)

No que se refere ao Ensino Primário de Sapé, a cidade contava desde 1937 com o Grupo Escolar Gentil Lins, que funciona até hoje como uma Escola Estadual grande e recebeu este nome em homenagem ao primeiro prefeito da cidade. Além deste último grupo escolar, existia também a educação primária particular que funcionavam na casa das professoras. Provavelmente essa demanda de alunos do primário, foi uma das justificavas para a implantação do Ginásio Estadual de Sapé.

Foto 6 – Fachada do Grupo Escolar Gentil Lins construído em 1937



Fonte: Sapé de Outrora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutrora/>>

Como podemos observar na foto acima, apesar de Sapé contar apenas com um grupo escolar público, o Grupo Escolar Gentil Lins, tinha uma ampla estrutura, o que possibilitava o atendimento de um maior número de alunos do nível escolar primário.

4. DO GINÁSIO DE SAPÉ AO COLÉGIO ESTADUAL DE SAPÉ: ASPECTOS DA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO

4.1. A influência de políticos no processo de implantação

De 1937 a 1940, a administração da cidade de Sapé, foi assumida por João Úrsulo Ribeiro Coutinho que em 1945 foi Deputado Federal. Ele era irmão do Ex-governador da Paraíba Flávio Ribeiro Coutinho. De novembro de 1947 à outubro de 1950, foi eleito prefeito do município, Luiz Inácio Ribeiro Coutinho, que foi Deputado Estadual entre 1955 e 1975 e era filho do Ex-prefeito João Úrsulo Ribeiro Coutinho.

A partir da informação acima, é possível perceber que o processo de criação e inauguração do Ginásio de Sapé estava inserido em um contexto de políticos aliados e ligados por laços familiares, demonstrando o que vários estudos já ressaltaram sobre a política paternalista. Primeiramente, porque sua construção foi iniciada durante a administração municipal de Luiz Inácio Ribeiro Coutinho (filho do ex-prefeito da cidade) em um terreno cedido pela prefeitura; segundo, os subsídios que custearam o prédio foram fornecidos pela União através do então Deputado Federal João Úrsulo Ribeiro Coutinho (ex-prefeito da cidade e pai do prefeito da época do início das obras); terceiro, o projeto de criação do Ginásio Estadual de Sapé foi elaborado pelo Deputado Estadual Luiz Ribeiro Coutinho (ex-prefeito e filho do Deputado Federal) e finalmente, a inauguração e sanção da Lei de criação do Ginásio, deu-se justamente no período em que o governador da Paraíba era Flávio Ribeiro Coutinho, irmão do Deputado Federal e tio Deputado Estadual na época da inauguração. (JORNAL UNIÃO, 1950; 1957).

O trecho que segue, diz respeito ao ato de assinatura da Lei nº 1.629 de dezembro de 1956, pelo Governador Flávio Ribeiro Coutinho,

[...] Ao finalizar sua oração, o Governador do Estado fez ver a satisfação de que era portador, naquele instante, quando assinava o ato, criando mais um ginásio oficial notadamente porque o benefício era para a terra onde se iniciara e vivera o seu saudoso irmão Dr. João Úrsulo Ribeiro Coutinho. (JORNAL A UNIÃO, 12/12/1956, p.03)

Como já foi mencionado na introdução deste trabalho, O Jornal A União era vinculado ao Estado da Paraíba. Já, o Jornal O Norte, era um periódico privado que fazia, muito vezes, oposição ao Governo do Estado. Desse modo, as notícias sobre o Ginásio de Sapé, basicamente, foram encontradas apenas no Jornal A União, que, ora de maneira sutil e em alguns momentos de forma bastante explícita, trazia as notícias relacionadas à atuação da administração pública, principalmente as ligadas às obras públicas, descritas de forma aplausível e como um meio de propagar a gestão.

Diante de todo esse envolvimento no processo de implantação do Ginásio de Sapé entre políticos de uma mesma família, fica evidente como uma possível justificativa, a estratégia de promoção do Governo da família Ribeiro Coutinho e como estratégia de tornar o estabelecimento como patrimônio da família, bem como, uma forma de suposto agradecimento ao povo sapeense pelas vitórias alcançadas na política paraibana e da cidade de Sapé.

4.2. O início da construção e estrutura física

A primeira notícia referente ao Ginásio de Sapé identificada nesta pesquisa foi uma mensagem encaminhada pelo Governador da Paraíba, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, no dia 04 de junho de 1950:

A cidade de Sapé vai ser dotada de um Ginásio Rural, a ser construído com o auxílio do Governo da União, nos termos de acordo para esse fim assinado entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Saúde. Esse estabelecimento será localizado em terreno doado pela Prefeitura do Município e as obras estão em vias de serem iniciadas. (JORNAL A UNIÃO, 04/06/1950. p. 08)

Sobre essa mensagem de Oswaldo Trigueiro, é importante atentar para o tempo em que foi iniciada a construção do Ginásio de Sapé, no início dos anos de 1950, ou seja, pouco tempo depois do início da construção do Colégio Estadual de Campina Grande, que, foi em 1948. Segundo Silva (2014), o Colégio Estadual de Campina foi a primeira instituição de Ensino Secundário pública implantada na Paraíba no Período Republicano. Considerando tal informação, provavelmente, o Ginásio de Sapé foi a

segunda escola de ensino pós-primário pública implantada no interior e a terceira em nível de Estado.

Conforme um documento disponibilizado na instituição estudada, em 1952, a Lei Municipal n.º 24 de 18 de dezembro de 1952, reconhece como utilidade pública o Ginásio de Sapé. Era uma Lei com apenas dois artigos: o primeiro esclarecia sobre a utilidade pública do Ginásio de Sapé, evidenciando que a sede e o foro do Ginásio também eram na cidade e que a instituição foi construída sobre os auspícios do Governo Federal, por intermédio do INEP. E o segundo artigo, apenas reforçava a vigência da lei a partir de sua data.

Como relatado no primeiro item deste capítulo, a iniciativa para a construção do Ginásio de Sapé não envolvia apenas uma motivação, uma necessidade ou um governo. Ao contrário, envolvia o Governo Municipal, Estadual e Federal. Todavia, é importante destacar que a família Ribeiro Coutinho se fazia presente nestes três governos, tornando assim uma relação estreita.

Sobre a construção do prédio é válido destacar que ficou a cargo da prefeitura, no entanto, sob a fiscalização do INEP, como conferido no trecho seguinte de um termo de acordo especial celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Sapé:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, tendo em vista o disposto nas INSTRUÇÕES baixadas com o decreto Nº 25 667, de 15 de outubro de 1948, que regulamentou a Lei Nº 59, de 11 de agosto de 1947, concederá à Prefeitura Municipal de Sapé, para o Ginásio de Sapé – Paraíba, o auxílio de 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil cruzeiros), cujo pagamento será realizado por intermédio da agência do Banco do Brasil no referido Estado. CLÁUSULA SEGUNDA: A despesa decorrente deste acordo será deduzida de dotação consignada na VERBA 3 – CONSIGNAÇÃO 3 - SUB-CONSIGNAÇÃO Nº 01 – ITEM 27 ALÍNEA 3, do orçamento do Ministério de Educação e Cultura vigente no exercício de 954. CLÁUSULA TERCEIRA: O auxílio será utilizado em execução do programa a que refere o processo Nº 3 752/54, do protocolo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. CLÁUSULA QUARTA: O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos terá poderes para acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos concedidos em

qualquer fase de execução do programa referido na cláusula anterior. (Trecho de um acordo especial feito entre o Ministério da Educação e a Prefeitura Municipal de Sapé, s.d - Fonte: Arquivo da Escola Cidadã Integral Monsenhor Odilon Alves Pedrosa)

Analisando o documento citado, é notório a responsabilidade destinada à prefeitura na construção do Ginásio, inclusive, ficando a cargo do Governo Municipal o gerenciamento das finanças voltadas à construção do prédio.

Outro documento encontrado na instituição foi pertinente para esclarecer melhor sobre tal questão. Até sanção da Lei n.º 1.629 de dezembro de 1956, o Ginásio de Sapé ficou sob comando do município, posteriormente, somente o Governo do Estado ficou obrigado a arcar com a instituição, desse modo, a partir da referida Lei, a nomenclatura de “Ginásio de Sapé” passa a ser “Ginásio Estadual de Sapé”. Como se pode acompanhar na seguinte citação: “Aproveito para esclarecer que o GINÁSIO DE SAPÉ a partir do dia 11 de Dezembro de 1956 pela Lei Nº 1.629 do Exmo. Snr. Governador do Estado passou a ter o nome “GINÁSIO ESTADUAL DE SAPÉ”. (PARAÍBA, 1958).

Embora o Ginásio de Sapé, se tratasse de uma instituição estadual, a administração municipal se fazia presente em muitos momentos do processo de construção do prédio. Nas fotografias que seguem, segundo a descrição encontrada no verso, trata-se de uma ação em prol da construção da instituição, em 1952. Dentre as pessoas presentes na foto 7, estava o prefeito da época, Moacir de Sousa Maciel, e, possivelmente, as demais pessoas, eram ligadas à política do município.

Foto 7 – Flagrante colhido no interior do Ginásio de Sapé em construção no início da década de 1950



Fonte: Sapé de Outrora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutrora/>>

Foto 8 – Descrição do verso da foto 7

Flagrante colhido no interior do Ginásio, em construção,
por ocasião da corrida em benefício do mesmo.

Da direita para esquerda: João Rique, ? , Afonso
Rique, Moacir Maciel, filho de João Rique, V. Rocco e Zemedeiros.

João Maciel, do preto junto à João Rique

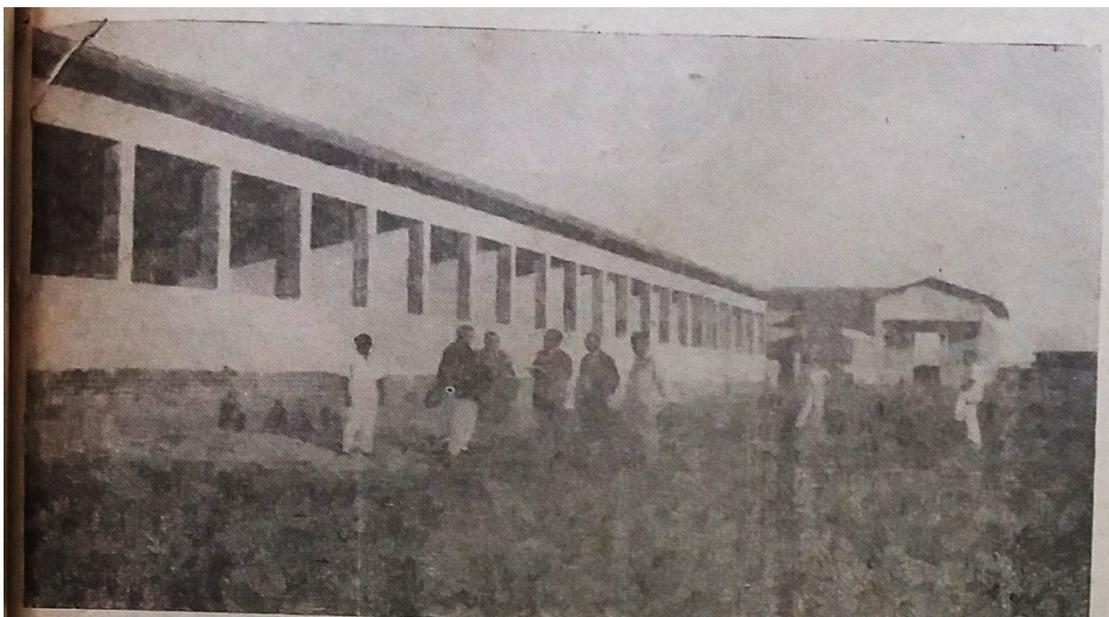
Sapé, setembro de 1952.

Fonte: Sapé de Outrora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutrora/>>

No que tange à estrutura física, analisando atentamente a fotografia seguinte (imagem 3) publicada na primeira página do Jornal A União, no início de 1957, embora não seja tão nítida, é possível notar que o espaço usado para construção da instituição secundária pública aqui discutida era bem amplo, considerando que foi uma instituição criada para atender um grande número de alunos, não apenas de Sapé, mas, das regiões vizinhas.

Imagem 3 – Fachada do Ginásio de Sapé em fase de construção (1957)



Fonte: Extraída do Jornal A União, 22 de janeiro de 1957, pg.01.

Edificado em uma área de 25 hectares (terreno desapropriado pela prefeitura) teve sua construção iniciada em 1949 com verbas federais conseguidas pelo deputado João Úrsulo, no total de um milhão e quinhentos mil cruzeiros. O custo das obras aquela época, foi estimado em um milhão e duzentos mil e tudo indica que depois de concluído se elevará a casa dos cinco milhões. Espera-se para março do corrente ano a conclusão de um pavimento térreo, onde deverá funcionar o curso de exame de admissão¹¹. (JORNAL A UNIÃO, 22/01/1957, p. 01)

¹¹ De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, os exames de admissão eram divididos em duas épocas, a primeira em dezembro e a segunda em fevereiro. Era um exame para por à prova aptidões intelectuais dos alunos do Ensino Primário. Aqueles que eram aprovados no exame podiam cursar o Ensino Secundário naquela instituição em que fez a prova. Já aqueles que reprovavam, tinham que esperar a segunda época para se submeter aos exames de admissão novamente. (BRASIL, 1942)

A partir da matéria acima, é possível ter uma noção do tamanho e das despesas no que diz respeito ao Ginásio de Sapé, afinal, “[...] o ginásio foi instalado em um moderno edifício, construído pelo Instituto Nacional de Estudo Pedagógicos (I.N.E.P).” (JORNAL A UNIÃO, 27/06/1957, p. 08).

4.3. O Projeto de Lei n.º 256/56 e a lei de criação Lei n.º 1.629

O projeto de Lei n.º 246/56 se tratava do projeto de criação do Ginásio Estadual de Sapé. Foi elaborado pelo deputado Luiz Ribeiro Coutinho, que, como já mencionado anteriormente, tinha sido prefeito da cidade de Sapé. Luiz Ribeiro Coutinho apresentou o projeto à Assembleia Legislativa, em outubro de 1956, conforme o Jornal A União:

Foi há poucos dias apresentado a Assembleia Legislativa, pelo deputado Luiz Ribeiro Coutinho, um projeto de Lei criando o Ginásio Estadual de Sapé. O deputado fundamentou em lógica sucessão de argumentos a razão de ser da proposição, salientando principalmente o fato de que o Ministério da Educação e Cultura através do INEP, haja construído para o Estado um moderno edifício, com esta finalidade: instalação de um Ginásio. Surpreende-nos, aliás, que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tenha quase aberto uma exceção, pois é mais de suas atribuições assistir o ensino primário e normal como de maneira notável o vem fazendo em nosso Estado. (JORNAL A UNIÃO, 22/10/1956, p. 05)

Segundo a imprensa do Jornal A União, pelo menos naquela época, os investimentos educacionais eram mais voltados ao Ensino Primário e ao Ensino Normal, ficando o Ensino Secundário um pouco esquecido ou deixado a cargo do incentivo do Governo Federal. Essa foi uma das justificativas apresentadas pelo deputado no projeto. De modo sucinto, Luiz Ribeiro Coutinho, defendeu a criação do Ginásio de Sapé com as seguintes justificativas: a iniciativa privada na expansão do Ensino Secundário Paraibano; o grande número de instituições secundárias oficiais no Sul do país, enquanto a Paraíba só contava com duas; um Ginásio Estadual no interior seria uma forma de combater o êxodo rural; “Sapé sendo uma cidade que não possuía estabelecimento de ensino secundário, cidade grande, rica, e de respeitável densidade

demográfica e de população adolescente ao ensino até hoje abandonada [...]” (PROJETO DE LEI Nº 256/56, 1956) e que existiam verbas substanciadas para o acabamento e compra de equipamento e material didático, mas, ao mesmo tempo é esclarecido no documento, que seriam cobradas mensalidades nunca superiores a 50% comparado aos estabelecimentos particulares, pois, era dispendioso aos cofres públicos manter as instituições de ensino.

Se tratando da Lei nº 1.629 de 11 de dezembro de 1956, o primeiro artigo, atenta para criação do Ginásio Estadual de Sapé a partir da data de sanção da Lei, enfatizando a cidade de implantação do estabelecimento. O segundo alega que o Governo do Estado e a Secretaria de Educação e Cultura providenciariam as medidas necessárias para o funcionamento em 1957. O terceiro esclarece com base na Lei Orgânica do Ensino Secundário sobre como se configuraria o quadro de professores do Ginásio. O quarto definia os cargos do corpo administrativo: um diretor, um secretário, um bibliotecário-arquivista e um tesoureiro. O quinto artigo apresenta informações sobre o prédio da instituição, que foi financiado pelo INEP e administrado pela prefeitura e que depois da Lei de criação, somente o Estado ficou responsável. E, finalmente, os últimos artigos, afirmam que o Governo do Estado ficava autorizado a abrir crédito especial para cobertura de despesas referente ao Ginásio Estadual de Sapé.

A Lei que criou o Ginásio Estadual de Sapé, assinada pelo então Governador da Paraíba, Flávio Ribeiro Coutinho, continha os mesmos artigos do Projeto de Lei nº 256/56, a diferença entre os dois documentos era que, no Projeto existiam as justificativas, antes apresentadas.

4.4. Atos inaugurais: sua repercussão na imprensa

Como dito anteriormente, existia um vínculo entre o Jornal A União e o Governo do Estado. Dessa forma, basicamente todas as informações que se diziam positivas e que envolvia a administração estadual eram publicadas nesse periódico. O caso da publicização das notícias referentes à implantação do Ginásio de Sapé, por se tratar de uma instituição estadual, não foi diferente.

As notícias a respeito do estabelecimento de Ensino Secundário aqui estudado foram bem presentes no Jornal A União durante o recorte temporal da pesquisa, principalmente na época em que o Ginásio Estadual de Sapé estava preste a funcionar. Obteve grande destaque nas páginas do jornal, as seguintes informações: o início da construção do prédio; o acompanhamento do andamento da obra; os políticos envolvidos; o projeto de criação; a aprovação da Lei de criação e as chamadas para os cursos de admissão.

Considerando todo o processo que abarcava a implantação do Ginásio, a inauguração foi a etapa principal, afinal, iria entrar em funcionamento a terceira instituição pública de Ensino Secundário da Paraíba. Talvez, essa fosse uma ótima oportunidade para fazer propaganda da administração estadual e também conseguir um bom número de matrículas para a instituição.

Depois que o Projeto de criação foi transformado em Lei e aprovado, nos últimos dias de 1956, conforme o Jornal A União (1956), o povo sapeense prestou uma homenagem ao deputado Luiz Ribeiro Coutinho, que, talvez tenha tido a iniciativa de levar o Ginásio para Sapé em forma de agradecimento ao povo de Sapé, visto que foi à cidade que lhe elegeu como deputado.

Sapé prestou significativa homenagem, domingo último, ao deputado Luiz Ribeiro Coutinho pela iniciativa daquele parlamentar, na apresentação do projeto de lei na Assembleia Legislativa, criando o Ginásio Estadual de Sapé, já transformado em lei sancionada pelo Governador Flávio Ribeiro Coutinho. (JORNAL A UNIÃO, 01/01/1957, p. 05)

Segundo o jornal, foi uma festa de grande repercussão realizada em frente ao Clube Atlético Sapeense. Foi oferecida uma salva de quinhentos foguetões na presença de inúmeras autoridades locais e um representante do Governador Flávio Ribeiro. A população organizou uma dança de lapinha em homenagem ao deputado e após toda a cerimônia, ainda teve um baile no Clube Atlético Sapeense com a presença da orquestra sapeense, Santa Cecília. (JORNAL A UNIÃO, 1957).

Ainda em março de 1957, é publicada uma matéria no Jornal A União sobre o funcionamento do Ginásio de Sapé:

O deputado Luiz Ribeiro Coutinho, recebeu no dia de ontem, do senhor Ranulfo Cunha Lima, Inspetor Federal do Ensino Médio da Paraíba expressivo telegrama em que comunica haver sido autorizada a realização dos exames de admissão do Ginásio Estadual de Sapé. Transcrevemos, a seguir, a íntegra do despacho telegráfico a que nos referimos: 'Deputado Luiz Ribeiro – Aprecia-me, comunicar ao ilustre haver sido autorizada a realização dos exames de admissão do Ginásio de Sapé. Abraços - RANULFO.' (JORNAL A UNIÃO, 24/03/1957, p. 02)

No início de abril de 1957, foi publicada outra matéria referente ao Ginásio de Sapé:

Após o ato inaugural, o conceituado parlamentar conterrâneo passou fixar sua atenção no sentido de conseguir a inclusão do referido educandário no plano do Fundo Nacional de Ensino Médio, com o que o mesmo receberia os auxílios previstos pelo programa assistencial do Governo da União. (JORNAL A UNIÃO, 04/04/1957, p. 02)

A partir das duas últimas citações, é notório que Ginásio Estadual de Sapé, começou a funcionar do final de março para o começo de abril de 1957 e pouco tempo depois da inauguração já foi incluído no Fundo Nacional de Ensino Médio, através de ações do deputado Luiz Ribeiro Coutinho. Também se pode perceber que o referido Ginásio recebia um suporte maior pelo Governo Federal. Provavelmente havia essa atenção para o Ginásio de Sapé também por conta da influência política.

Ainda em abril de 1957, foi encontrada outra matéria referente à inauguração do Ginásio de Sapé. Geralmente, quando se tratava de notícias dessa natureza, era enfatizada as ações dos deputados federais e estaduais, respectivamente, João Úrsulo Ribeiro Coutinho e Luiz Ribeiro Coutinho e o apoio de Flávio Ribeiro Coutinho ao assinar a Lei, o mesmo que "nomeou para dirigir o novo estabelecimento de ensino da Paraíba, o professor Manoel Amaro, o qual prestou compromisso na Secretaria de Educação e Cultura na presença do seu titular, dr. Homero Leal [...]" (JORNAL A UNIÃO, 17/04/1957, p. 02)

Foto 9 – Inauguração do Ginásio Estadual de Sapé



Fonte: Sapé de Outrora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutrora/>>

Diante de toda essa repercussão de inauguração do Ginásio de Sapé na imprensa, possivelmente, o dia de inauguração da instituição foi muito prestigiado. Na foto 9, é observada a presença de oficiais, famílias, trabalhadores e provavelmente, figuras política. Também é possível reparar, nas colunas e no amplo espaço da estrutura do prédio, o que leva a pensar nos corredores adjacentes do estabelecimento de Ensino Secundário.

4.5. Aspectos funcionais

Durante a pesquisa de documentos da instituição estudada foi encontrada a primeira página do regimento interno do Ginásio Estadual de Sapé. Nessa única

página, continha o Título I referente aos fins e organização da escola e tinha uma pequena parte do Título II, sobre o regime pedagógico.

Segundo o regimento, no artigo primeiro do título I/capítulo I, era um colégio misto (atendia moças e rapazes) e funcionava conforme Lei Federal. Já o segundo artigo do mesmo capítulo esclarecia sobre a realização de desfiles cívicos na ocasião de datas. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, como apresentada no segundo capítulo deste trabalho, tentou a valorização do patriotismo e possivelmente esse segundo artigo correspondia a esse ideário do Estado Novo.

O capítulo I do título II informava sobre os horários das aulas e a distribuição das turmas. Nenhuma turma poderia ter mais 40 alunos. O ginásio contava com cinco salas de aulas e funciona em três turnos com um total de doze turmas, ficando disponíveis três salas e um salão onde eram realizadas as aulas práticas de Biologia, Química e Física. Posteriormente, o PNE autorizou a construção de mais uma sala de aula, lugar onde era almejada a instalação do Laboratório de Ciências. (PARAÍBA, s/d). O capítulo II tratava das matrículas e transferências dos alunos, no entanto, o acesso ao restante do regimento não foi possível porque só foi encontrada a primeira página.

Quanto ao quadro de funcionários da escola de Ensino Secundário, foi encontrada uma relação com o nome e cargos daqueles que trabalharam na instituição desde o ano que começou a funcionar até 1965. Esse achado foi sintetizado no quadro a seguir para melhor visualização.

Quadro 5 - Números de cargos do Ginásio Estadual de Sapé (1957-1965)

ANO	CARGOS
1957	1 Diretor, 8 Professores e 1 Secretário
1958	1 Diretor, 13 Professores, 2 Porteiros e 1 Bibliotecária-Arquivista
1959	1 Diretor, 12 Professores, 1 Secretário, 1 Tesoureiro, 1 Bibliotecária-Arquivista, 3 Porteiros e 1 Vigia
1960	2 Diretores, 12 Professores, 2 Secretários, 1 Tesoureiro, 1 Bibliotecária-Arquivista, 3 Porteiros e 1 Vigia
1961	2 Diretores, 21 Professores, 2 Secretários, 3 Porteiros, 1 Bibliotecária-Arquivista e 1 Vigia
1962	1 Diretor, 20 Professores, 1 Secretário, 1 Bibliotecária-Arquivista, 1 Bibliotecário, 3 Porteiros, 2 Vigias, 1 Auxiliar de serviço, 1 Auxiliar de Secretaria e 1 Auxiliar de Escrita
1963	1 Diretor, 17 Professores, 1 Bibliotecária-Arquivista, 1 Bibliotecário, 1 Secretário, 1 Bibliotecário, 3 Porteiros, 2 Vigias, 1 Auxiliar de serviço e 1 Auxiliar de Escrita
1964	1 Diretor, 19 Professores, 1 Secretário, 1 Secretário Substituto, 1 Bibliotecário, 1 Bibliotecária-Arquivista, 3 Porteiros, 2 Vigias, 1 Auxiliar de Serviço e 1 Auxiliar de Escrita
1965	1 Diretor, 1 Vice-diretora, 19 Professores, 1 Secretário substituto, 1 Bibliotecária-Arquivista, 1 Bibliotecário, 3 Porteiros, 2 Vigias, 1 Auxiliar de Serviço e 1 Auxiliar de Escrita

Fonte: Elaborado a partir de documentos disponibilizados na instituição estudada

Ao analisar o quadro 5 é possível perceber que o número de funcionários variou e também não é crescente a cada ano. 1961 foi o ano que a instituição contou com o maior número de professores, talvez nesse ano, o número de matrículas tivesse sido maior. Nos anos de 1963, 1964 e 1965, o número de funcionários foi maior em comparação aos anos anteriores. Em contrapartida, embora o número de funcionários tivesse sido o mesmo durante esses últimos três anos, a quantidade e os cargos variavam. Cabe destacar também que esse quadro de funcionários e do corpo docente não deixavam de ser uma oportunidade de distribuição de empregos por parte da família Ribeiro Coutinho.

O fardamento do Ginásio Estadual de Sapé ficou definido e obrigatório em 1968. Um aviso do Ginásio, em março de 1968 comprova tal questão. Conforme o aviso, a partir do dia 1º de abril ficou obrigado ao uso completo da farda escolar. As moças usariam blusa branca, saia azul marinho, meiã branca e sapato preto, enquanto os rapazes, camisa branca, calça azul marinho, meia preta e sapato preto. Uma fotografia de alunos que estudaram no Ginásio Estadual de Sapé na época é um registro do modelo de fardamento descrito acima, embora sendo uma fotografia que não registra a cor real do fardamento, pode-se supor que os rapazes não estavam de calça azul marinho, por motivo desconhecido.

Foto 10 - Alguns alunos e alunas fardados no Ginásio Estadual de Sapé



Fonte: Sapé de Outora

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/sapedeoutora/>>

O ano de 1968 foi um ano próspero para o Ginásio Estadual de Sapé, isso porque a demanda de alunos estava crescendo e também àqueles jovens que concluíam o curso Ginásial (1º ciclo) desejavam ingressar no curso Colegial (2º ciclo). Desse modo, o então Diretor do Ginásio Estadual de Sapé encaminhou um ofício à Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba alegando o seguinte:

Levando em consideração o grande número de estudantes que desejam cursar o curso Científico e impossibilitados pela dificuldade financeira de se transferirem para a Capital, solicito a V.S o seu interesse para que seja criado no Ginásio Estadual de Sapé um curso Científico. Em anexo passo as mãos de V.S as informações sobre as condições do Ginásio como também a relação de alunos que desejam cursar o Científico [...] (PARAÍBA, OFÍCIO nº 12/68, 1968)

No mês de julho de 1968, o diretor do Ginásio Estadual de Sapé envia o outro ofício à Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba:

Encaminho às mãos de V.Excia as informações necessárias ao Conselho Estadual de educação, para que seja autorizado oficialmente o funcionamento do 2º ciclo no Ginásio Estadual de Sapé. Informo que o 1º Científico destinado as Ciências Médicas está funcionando desde março próximo passado [...] (PARAÍBA, OFÍCIO nº 61/68, 1968)

Quanto a essas duas últimas informações é possível destacar o seguinte: o interesse dos alunos pelo curso Científico, provavelmente era maior do que pelo curso Clássico, visto que em nenhum momento o Diretor do Ginásio solicita o curso voltado à área humanística, o interesse é pelo curso Científico. Também se pode perceber que logo depois do envio do Ofício nº 12/68 o curso Científico começa a funcionar no estabelecimento, visto que, cinco meses após o pedido de funcionamento, o Diretor do Ginásio encaminha o Ofício 61/68 já pedindo a autorização oficial, ou seja, o curso já funcionava embora não tivesse sido oficializado ainda. Talvez essa expansão da instituição provocou mudanças internas e demandou mais organização na instituição secundária, tal fato pode estar vinculado ao uso obrigatório do fardamento nesse mesmo ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Secundário se referia a um nível de ensino de orientação propedêutica. Entre os demais cursos que compuseram o Ensino Médio, o ensino pós-primário era considerado um dos mais importantes, pois, sua finalidade era preparar para o Ensino Superior. O Ensino Secundário público Paraibano passou por uma expansão, que se acentuou em meados dos anos de 1950, com a implantação de quatro instituições, que, inclusive o Ginásio Estadual de Sapé fez parte dessa ampliação deste nível educacional.

Sapé era uma cidade desenvolvida na época e era administrada por políticos de um mesmo partido e círculo familiar. Foi a cidade que elegeu os políticos precursores do Ginásio, então essa foi das motivações de ter sido escolhida para receber o estabelecimento de Ensino Secundário.

O Ginásio Estadual de Sapé nasceu durante a vigência da Lei Orgânica de Ensino Secundário sancionada pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Conforme este dispositivo legal, a instituição estudada é denominada de Ginásio por oferecer apenas o primeiro ciclo do Ensino Secundário, os quatro primeiros anos.

Embora o Ginásio de Sapé tenha tido várias justificativas de implantação naquela cidade, a mais forte foi a influência de uma família política que tinha poder sobre o município e que encontraram na criação do Ginásio Estadual um meio de se promover, inclusive através da imprensa do jornal A União.

A implantação da terceira instituição de Ensino Secundário pública implantada na Paraíba no período republicano teve grande repercussão na imprensa e grandiosa aceitação pelos moradores da cidade.

O Ginásio de Sapé, mesmo depois de inaugurado não foi esquecido pelo Governo Estadual. Os investimentos voltados a essa instituição não estacionou depois que começou a funcionar. Pelo contrário, a instituição foi contemplada com muitas verbas destinadas a diversos setores envolvendo o Ginásio. Em 1968, O Ginásio Estadual de Sapé sofre uma expansão, quando lhe é implantando o curso Científico do

2º ciclo do Ensino Secundário, em que pouco tempo depois provavelmente a instituição ganhou o nome de Colégio Estadual da Paraíba, conforme orientação Reforma Capanema.

Este é um trabalho inicial sobre essa instituição. Foi uma pesquisa construída durante alguns meses. A autora desta pesquisa, em um futuro próximo, pretende ampliá-la.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. A Educação Secundária no Brasil: Ensaio de identificação de suas características principais. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 39-84, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/75/473> Acesso em 12 de julho de 2016

BRASIL. Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. **Lei orgânica do ensino secundário**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 09 de novembro de 2016.

BRASIL. Lei n.º. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 09 de novembro de 2016.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-ursulo-ribeiro-coutinho-filho> Acesso em: 22 de novembro de 2017.

ELIAS, José Cláudio Pereira. **Éça-pé=Sapé: homenagem a minha terra**. João Pessoa, PB: Sal e Luz, 2006.

FERREIRA, Juraci Marques. **O Processo Histórico de Sapé (1757-2012)**. João Pessoa, PB: Ideia, 2013.

LIMA, I. et al. **Universidade e Ligas Camponesas na Paraíba – Em Busca da Ecologia De Saberes**. João Pessoa, PB: UFPB/CE, 2011.

LOPES, E. M. S. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

NOSELLA, Paollo; BUFFA, Ester. **As Pesquisas Sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico**. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Paolo_Nosella_artigo.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2017.

NÓVOA, Antonio. Apresentação. In: CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 11-16.

SANFELICE, José Luís. História e Historiografia de Instituições Escolares. In: **Revista HISTEDBR On-line – nº35**. Campinas: Unicamp, 2009, p. 192-200. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2017

SAVIANI, Dermeval. **Instituições Escolares: Conceito, História,**

Historiografia e Práticas. In: **Cadernos de História da Educação** - nº. 4 - jan./dez. 2005. Sorocaba: Histedbr, 2005, p. 27-33. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/SAVIANI.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2017.

_____. Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações** Campinas/SP:Autores Associados, Uberlândia/MG:Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2005, p. 7-31.

SILVA, Vívica de Melo. **Por uma formação da juventude campinense: o Colégio "Gigantão da Prata" (1948-1962)**. João Pessoa, PB: Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba, 2014 (tese de doutorado).

SOUZA, Bruna Bianca Albuquerque de; SILVA, Vívica de Melo; A Implantação do Ensino Secundário Público Na Paraíba (1948-1961): Instituições, Políticas E Ações Dos Governos. In: **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa: UFPB, 2017, p. 540-556.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A História do Ensino Secundário no Brasil investigada na Perspectiva da Cultura Escolar**. Leitura, impressos e cultura escolar/ Cesar Augusto Castro (org.) São Luís, MA: EDUFMA, 2010.

XAVIER, Wilson José Félix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964)**. João Pessoa, PB: Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba, 2010 (dissertação de mestrado).

FONTES DOCUMENTAIS

Jornais

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LVI, nº. 123, Paraíba, 1948.

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LVIII, nº. 129, Paraíba, 1950

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXIII, nº. 236, Paraíba, 1955.

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXIV, nº. 128, Paraíba, 1956.

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LVI, nº. 233, Paraíba, 1956.

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXIV, nº. 272, Paraíba, 1956.

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXIV, nº. 1, Paraíba, 1957.

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXV, nº. 43, Paraíba, 1957.

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXV, nº. 71, Paraíba, 1957.

JORNAL A UNIÃO. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXV, nº. 80, Paraíba, 1957.

Outros Documentos

Ofício nº 12/68, Paraíba.

Ofício nº 61/68, Paraíba.

Projeto de Lei nº 256/56, Assembleia Legislativa, Paraíba.

Relação de diretores, vice-diretores e funcionários (1957-1965).

Regimento do Ginásio Estadual de Sapé [s.d].

Acordo special feito entre o Ministério da Educação e a Prefeitura Municipal de Sapé [s.d].

ANEXOS

ANEXO A – Ofício nº 12/68


ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
GINÁSIO ESTADUAL DE SAPÉ

Of. nº 12/68

Em 8 de fevereiro de 1968

Sapé, Pb.

Sr. Diretor:

Levando em consideração o grande número de estudantes que desejam cursar o Científico e impossibilitados pela dificuldade financeira de se transferirem para a Capital, solicito a V.S. o seu interesse para que seja criado no Ginásio Estadual de Sapé o curso Científico

Em anexo passo as mãos de V.S. informações sobre as condições do Ginásio como também a relação dos alunos que pretendem cursar o Científico.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.S. os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Adauto Ramos - Diretor

Ilma. Sra.
Diretora do Ensino Médio
João Pessoa - Paraíba

ANEXO B - Ofício nº 61/68



ESTADO DA PARAIBA
Secretaria de Educação e Cultura

Of. nº 61/68

Em 19 de julho de 1968

Sr. Secretário

Encaminho às mãos de V. Excia as informações necessárias ao Conselho Estadual de Educação, para que seja autorizado oficialmente o funcionamento do 2º ciclo no Ginásio Estadual de Sapé.

Informe que o 1º Científico destinado às Ciências Médicas, está funcionando desde março próximo passado

Aproveite a oportunidade para renovar a V. Excia. os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Adauto Ramos - Diretor

Ilmo. Sr.

José Medeiros

DD. Secretário de Educação e Cultura

Jão Pessoa - Paraíba